



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS
CLÁSSICAS – LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

Lucas Tomaz de Jesus dos Santos

CONCORDÂNCIA VERBAL COM SUJEITO POSPOSTO EM SENTENÇAS
APASSIVADAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

BRASÍLIA

2019

Lucas Tomaz de Jesus dos Santos

**CONCORDÂNCIA VERBAL COM SUJEITO POSPOSTO EM SENTENÇAS
APASSIVADAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília – PPGL/UnB – como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente

BRASÍLIA

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

DD724c DOS SANTOS, LUCAS TOMAZ DE JESUS
Concordância verbal com sujeito posposto em sentenças
apassivadas no português brasileiro / LUCAS TOMAZ DE JESUS
DOS SANTOS; orientador HELENA GUERRA VICENTE. -- Brasília,
2020.
109 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2020.

1. Linguística gerativa. 2. Ordem VS. 3. Passivas. 4.
Concordância verbal. I. GUERRA VICENTE, HELENA , orient. II.
Título.

Lucas Tomaz de Jesus dos Santos

**CONCORDÂNCIA VERBAL COM SUJEITO POSPOSTO EM SENTENÇAS
APASSIVADAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília – PPGL/UnB – como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Linguística.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente

Profa. Dra. Leonor Simioni

Profa. Dra. Rozana Reigota Naves

Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior

Às mulheres da minha vida: minha mãe,
exemplo de amor, e à minha esposa,
companheira de vida. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha esposa, Laíse Abreu, por ter confiado em mim sempre que fui acometido pela desconfiança, e por ter me apoiado em todas as decisões que decidi tomar, mesmo discordando de muitas delas, estando ao meu lado de forma companheira e solícita. Sem você, eu não conseguiria nada do que tenho hoje.

Agradeço à minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Helena Guerra Vicente, pela orientação direcionada a mim durante todo esse tempo. Desde o momento em que decidi entrar no mestrado, senti uma grande confiança no apoio que eu receberia, todas as correções foram seguras e todos os conselhos sempre foram feitos de forma esplêndida. Acredito que o melhor professor é aquele que faz com que seu aluno se espelhe em alguma medida nele, e eu me espelho todos os dias no exemplo dessa docente incrível. Obrigado por tudo.

Agradeço ao Prof. Dr. Marcus Vinícius da Silva Lunguinho. Desde a graduação, foi referência para mim de como um professor deve ser e de como o conhecimento sobre as línguas é encantador. Suas sugestões, leituras e comentários foram importantíssimos para minha formação acadêmica. Serei sempre grato.

Ao Prof. Dr. Paulo Medeiros Júnior, por aceitar prontamente compor a comissão avaliadora desta dissertação e pela solicitude e disposição em me ajudar com as disciplinas da pós-graduação. Apesar de não ter tido a oportunidade de cursar presencialmente suas aulas, sempre me admirei pelo que ouvi e pelo que conheci do seu trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Rozana Reigota Naves, por aceitar compor a comissão avaliadora desta dissertação e pelas reflexões linguísticas oferecidas em sala de aula. Minhas tardes na UnB sempre foram garantias de grande aquisição de conhecimento.

À Prof.^a Dr.^a Leonor Simioni, pela disponibilidade para participar, mesmo não estando presente, da avaliação da minha dissertação. Essa fase é muito importante na minha vida e ter meu trabalho apreciado por uma grande profissional da linguística é, para mim, motivo de muito orgulho.

A todos os professores que passaram pela minha vida, desde o período do ensino básico até o período do ensino superior, cada um despertou em mim uma vontade insaciável de conhecer o mundo à minha volta.

A meus pais, Sonia e Jacy, e a meus irmãos, Daiane e João Pedro, por serem meu grande tesouro e inspiração.

À minha segunda família que ganhei, Betinha, Vicente e Lara, por todo o apoio recebido.

Aos meus amigos Diego, Mírian, Isabela, Felipe, Caio e Mayra, por comporem o melhor “rolê” reflexivo de fim de noite que eu poderia ter. Nossas conversas me ajudaram e continuam a me ajudar de uma forma indizível.

A todos meus amigos que me aguentaram e me entenderam durante as dificuldades pelas quais passei, apoiando-me em todas as decisões que tomei. Vocês são incríveis.

A Deus, pelo dom da vida e da ciência, por ter me escolhido e ter conduzido meus passos durante todo esse tempo.

Catar feijão se limita com escrever:
joga-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na folha de papel;
e depois, joga-se fora o que boiar.
Certo, toda palavra boiará no papel,
água congelada, por chumbo seu verbo:
pois para catar esse feijão, soprar nele,
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.

Ora, nesse catar feijão entra um risco:
o de que entre os grãos pesados entre
um grão qualquer, pedra ou indigesto,
um grão imastigável, de quebrar dente.
Certo não, quando ao catar palavras:
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
obstrui a leitura fluviente, flutual,
açula a atenção, isca-a como o risco.

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

SANTOS, Lucas Tomaz de Jesus. **Concordância verbal com sujeito posposto em sentenças apassivadas no português brasileiro**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - PPGL, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

Esta dissertação oferece uma análise sobre o fenômeno da concordância verbal com sujeito posposto em sentenças apassivadas do português brasileiro (PB) e sobre o fenômeno da ordem VS em geral. Para isso, nosso trabalho está ancorado nos pressupostos teóricos da Teoria de Princípios & Parâmetros, em seu estágio mais atual, o Programa Minimalista (Chomsky 1995 e trabalhos subsequentes). Nosso objetivo é analisar sintaticamente os padrões de concordância das sentenças passivas canônicas (Lunguinho 2011), as quais possuem o auxiliar passivo 'ser', e oferecer uma explicação para o fato de que o tipo de concordância *default* (Simioni 2011) apresenta restrição à ordem VS, com base na hipótese da operação *Agree* proposta por Chomsky (2000). Assumimos, então, com uma adaptação da proposta em Belletti (1988), que na concordância *default* há um expletivo com traços- ϕ ocupando a posição de Spec-TP, o qual é responsável pela concordância com o verbo nessas construções. Em nossa análise, destacamos que a ordem VS está relacionada, principalmente, à presença de verbos inacusativos na sentença (Kato 2000). Apesar disso, constatamos que também é possível, em contextos sintáticos muito específicos, existir ordem VS com verbos inergativos, transitivos e copulares (Bresnan & Kanerva 1989, Pilati 2006). Também nos propomos a analisar o fenômeno da ordem VS sob a perspectiva da Inversão Locativa (Bresnan 1994, Nagase 2006), a partir da Hipótese de Foco Apresentacional (Bresnan 1994), argumentando que esse tipo de construção é possível com as sentenças passivas canônicas. Ao final de nossa dissertação, apresentamos uma correlação entre ordem no PB e presença de modais nas sentenças (Kratzer 1977), demonstrando que, em uma perspectiva futura, é relevante buscar compreender os aspectos sintáticos que podem influenciar o licenciamento dessas construções. Nossa pesquisa é relevante porque, a partir de um estudo formal, busca ampliar o conhecimento que há na literatura acerca das passivas do PB.

Palavras-chave: passivas, concordância, ordem VS, português brasileiro.

ABSTRACT

SANTOS, Lucas Tomaz de Jesus. **Verbal agreement with post-verbal subject in passive constructions of Brazilian Portuguese**. 109 f. MA Thesis (MA in linguistics) - PPGL, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

This dissertation offers an analysis of the phenomenon of verbal agreement with post-verbal subjects in passive sentences of Brazilian Portuguese. It also offers an analysis of the VS order phenomenon in general. In order to do that, our work is anchored in the theoretical assumptions of the Principles & Parameters framework, in its current stage, the Minimalist Program (Chomsky 1995 and subsequent works). We seek to syntactically analyze the agreement patterns of canonical passive sentences (Lunguinho 2011) and offer an explanation for the fact that default agreement (Simioni 2011) has restrictions as far as the VS order is concerned, based on the Agree operation hypothesis proposed by Chomsky (2000). We then assume, by adjusting Belletti's proposal (1988), that in default agreement there is an expletive with ϕ -features in the spec-TP position, which is responsible for agreement with the verb in these sentences. In our analysis, we emphasize that the VS order is available mainly in the presence of inaccusative verbs (Kato 2000). Nevertheless, we find that it is also possible, in very specific syntactic contexts, to have the VS order with inergative, transitive and copular verbs (Bresnan & Kanerva 1989, Pilati 2006). We also propose to analyze the VS order phenomenon from a Locative Inversion perspective (Bresnan 1994, Nagase 2006), arguing that this type of construction is possible with canonical passive sentences. At the end of our dissertation, we present a correlation between order in Brazilian Portuguese and the presence of modals in sentences (Kratzer 1977), showing that, in a future perspective, it is relevant to seek the syntactic aspects that may influence or license these sentences. Our research is relevant because, from a formal study perspective, it contributes to the knowledge of passive constructions in Brazilian Portuguese.

Keywords: passive, agreement, VS order, Brazilian Portuguese

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	16
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: A TEORIA GERATIVA	16
1.1 Introdução	16
1.2 A Teoria Gerativa	16
1.3 O modelo de Princípios & Parâmetros (P&P)	26
1.4 O Programa Minimalista.....	29
1.5 A concordância na Teoria Gerativa.....	33
1.6 Da Teoria Padrão à Teoria de Princípios e Parâmetros: uma perspectiva sobre as construções passivas	35
Conclusões preliminares.....	38
CAPÍTULO 2.....	39
SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL E O SUJEITO POSPOSTO AO VERBO	39
2.1 Introdução	39
2.2 Foco na ordem VS e na concordância do PB	39
2.3 O fenômeno da posposição do sujeito em outras línguas.....	42
2.3.1 Bresnan & Kanerva (1989): o sujeito posposto em inversões locativas.....	43
2.3.2. Bresnan (1994): possibilidade de Inversão Locativa com algumas construções transitivas apassivadas	46
2.3.3 Levin & Rappaport Hovav (L&RH, 1995): elementos locativos ocupam a posição de sujeito	51
2.3.4 Kempchinsky (2001, 2002): PPs locativos e PPs tópicos.	53
2.4. O fenômeno da posposição do sujeito no PB: uma análise gerativista. .	55
2.4.1 Simioni (2011): Padrões de concordância em sentenças passivas no PB.....	55
2.4.2 Kato (2000 & 2005): VS como restrição monoargumental e restrição à inversão livre.....	60
2.4.3 Pilati (2006): A ordem VS como evidência de Inversão Locativa e como evidência de Foco Identificacional.	63
2.4.4 Nascimento (1984): não há inversão livre de sujeito	66
2.4.5 Lima (2006): Enfraquecimento da concordância com sujeitos pospostos.	68
2.5 O fenômeno da posposição do sujeito no PB: análises não gerativistas.	72

2.5.1 Abraçado & Vale (2014): Análise funcionalista para a ordem VS no PB.....	73
2.5.2 Lira (1986) e Alberton (2001): Análises variacionistas para a ordem VS no PB.....	76
Conclusões preliminares.....	78
CAPÍTULO 3.....	81
AS CONSTRUÇÕES PASSIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	81
3.1 Introdução	81
3.2 Os auxiliares passivos no PB: ser e ter.....	81
3.3 Características dos constituintes da passiva canônica	83
3.3.1 Características do auxiliar “ser”	83
3.3.2 Características do particípio	84
3.4 Padrões de concordância nas construções passivas canônicas do PB..	86
3.5 Ordem VS no PB em construções passivas canônicas com concordância <i>default</i>	92
3.5.1 Restrição à construção SV em concordância <i>default</i>	94
3.5.2 Uma análise da concordância <i>default</i> sob o ponto de vista da Inversão Locativa.....	96
3.6 Ordem VS no PB em construções passivas canônicas com modais	99
Conclusões preliminares.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho será o sujeito posposto ao verbo em construções sintáticas do português brasileiro (PB), sob a perspectiva da Teoria Gerativa. Analisaremos como as construções VS são licenciadas em sentenças apassivadas. Apesar de alguns trabalhos analisarem como funciona o licenciamento e a restrição dos verbos transitivos na inversão do sujeito no PB, poucos são os trabalhos que se dedicaram a analisar as construções transitivas sob a perspectiva das passivas. Diante disso, utilizaremos neste trabalho a proposta de Simioni (2011) como um ponto de partida para a análise de estruturas passivas, uma vez que a autora faz uma descrição das estruturas de concordância nesse tipo de sentença do PB. Para entender o comportamento sintático dessas orações, será necessário comparar a estrutura de sentenças com sujeito posposto na voz passiva às estruturas mais amplamente estudadas no campo da análise gerativa, a saber: ordem VS com verbos inacusativos, transitivos e inergativos (cf. KATO, 2000; PILATI, 2006; LIMA, 2006).

As construções com sujeito posposto ao verbo são muito comuns no português, na variedade formal e na variedade informal, apesar de a ordem canônica do PB ser SVO (sujeito-verbo-objeto). Pelas regras da gramática tradicional, sujeito e verbo deveriam, em tese, estabelecer uma relação de concordância. Em variedade mais informal e em alguns dialetos do PB, contudo, ocorre, na maioria dos casos, a ausência de concordância entre esses elementos. O primeiro caso, com concordância, verifica-se em (1):

- (1) a. Chegaram as cartas.
- b. Foram descobertas novas minas.
- c. Rolaram as bolas no jogo.

Nesses exemplos, percebe-se que o sujeito posposto concorda em número com o verbo que licencia o argumento. Em (1b), além da concordância de número, nota-se a concordância de gênero entre o DP argumento interno e o particípio. Em (2), por outro lado, há casos, em língua portuguesa, em discurso mais informal, que tendem a rejeitar essa concordância:

- (2) a. Chegou as carta.
 b. Foi descoberto novas minas.
 c. Rolou as bola no jogo.

Percebe-se que o fenômeno da ausência de concordância com sujeitos pospostos é observável tanto em sentenças ativas¹(2a) e (2c), quanto em sentenças passivas (2b). O fenômeno das passivas é analisado por Simioni (2011), a qual busca um parâmetro para a concordância em sentenças apassivadas no PB. Construções inacusativas, por outro lado, são tratadas em trabalhos como os de Kato (2005) e Pontes (1986). As autoras relatam uma semelhança entre o comportamento desse tipo de sentença invertida com o comportamento de complementos verbais em sentenças construídas na ordem natural do português.

Em relação às construções apassivadas, vimos que a ausência de concordância se dá não apenas em relação ao número, mas também em relação ao gênero, como se pode observar no exemplo abaixo:

- (3) Por exemplo, a gente quer saber como que é calculado a nossa comissão.

Nessa sentença encaixada, há um expletivo nulo com traços- ϕ na posição se Spec-TP que satisfaz o EPP (Extended Projection Principle). Sobre esse expletivo, faremos uma exposição mais detalhada no capítulo 3. O EPP é o

¹ Como veremos posteriormente, as sentenças inacusativas favorecem esse tipo de construção, tal como está explícito nesses exemplos. Sentenças inergativas, apesar de aceitarem a inversão, possuem maior restrição em relação à inversão da ordem sujeito-verbo. (Cf. KATO, 2000; BRESNAN, 1994)

princípio que parte do pressuposto de que em todas as línguas há uma posição de sujeito que pode ser preenchida. Nesse exemplo, o verbo flexionado no singular mantém concordância de número *default*², fato que não ocorre com a concordância de gênero.

Neste trabalho, daremos ênfase às construções passivas canônicas³, uma vez que ainda há poucos estudos direcionados à análise de sentenças com ordem VS no português brasileiro envolvendo essas construções, além disso, buscaremos analisar qual elemento está licenciando a concordância nessas sentenças.

Organização da dissertação

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, analisamos a teoria linguística que ampara este trabalho: A Teoria Gerativa. Dentro da Teoria Gerativa, fazemos uma análise dos pressupostos básicos da Teoria de Princípios e Parâmetros (P&P), em sua versão conhecida como Programa Minimalista (PM) (Chomsky 1995 e trabalhos posteriores). Ainda no capítulo 1, fazemos uma revisão dos modelos de concordância adotados por Chomsky (1999) e Frampton & Gutmann (2000) e, posteriormente, desenvolvemos como as construções passivas foram analisadas ao longo da Teoria Gerativa (Chomsky 1957, 1965, 1981, 1995 e trabalhos posteriores).

No segundo capítulo, fazemos uma revisão de como o sujeito posposto, sob a perspectiva da concordância, foi analisado em diferentes propostas teóricas. Iniciamos o capítulo propondo uma revisão de literatura destinada ao fenômeno da posposição do sujeito em outras línguas, a saber: Bresnan & Kanerva (1989), para o chichewa; Bresnan (1994), para o inglês; Levin & Rappaport Hovav (1995), também para o inglês e Kempchinsky (2001, 2002), para o espanhol. Em seguida, elaboramos uma revisão bibliográfica de como o fenômeno do sujeito posposto ao verbo foi tratado sob o ponto de vista de teorias gerativas e sob o ponto de vista de teorias não gerativas. Dentro da Teoria

² Sobre esse tipo de concordância, aprofundaremos suas características no capítulo 2, ao analisarmos a proposta de Simioni (2011) para as sentenças passivas do PB.

³ Sobre os tipos de passivas, no capítulo três apresentaremos as características oferecidas por Lunguinho (2011) para as sentenças passivas canônicas (com auxiliar *ser*) e para as passivas não canônicas (com auxiliar *ter*).

Gerativa, abordamos as seguintes propostas: Simioni (2011), Kato (2000, 2005), Pilati (2006), Nascimento (1984) e Lima (2006). Todas essas análises partem de sentenças com sujeito posposto construídas no PB. Fora da Teoria Gerativa, abordamos as seguintes propostas, fechando o capítulo: Abraçado & Vale (2014); Lira (1986) e Alberton (2001). Também nessas análises as construções em evidência são oriundas do PB. Nosso objetivo com esse contraste é demonstrar que, apesar de haver teorias complementares e distintas quanto ao pressuposto teórico, as análises de cunho gerativista conseguem explicar o fenômeno da posposição do sujeito no PB de forma satisfatória.

Por fim, no terceiro capítulo, fazemos uma análise das construções passivas no PB. No início do capítulo, refletimos sobre as duas possibilidades de sentenças com passivas que existem no PB, conforme Linguinho (2011): as passivas canônicas e as passivas não-canônicas. Em seguida, focamos nossa análise nas passivas canônicas e descrevemos as características dos seus constituintes. Posteriormente, fazemos uma descrição dos modelos de concordância em passivas que são possíveis no PB. Para isso, utilizamos a proposta de Simioni (2011) e propomos uma adaptação à sua análise. Após a análise dos diferentes modelos de concordância, focamos no tipo de concordância *default* e oferecemos uma explicação para o fato de que, nessa construção, a ordem SV não pode ser licenciada. Também oferecemos uma análise do modelo *default* sob o ponto de vista das Inversões Locativas. Fechamos o capítulo fazendo uma reflexão sobre modalidade e ordem VS no PB, tomando como base as construções passivas canônicas. Nosso objetivo nesse capítulo é ampliar o entendimento sobre os modelos de concordância que existem no PB e buscar explicações de natureza sintática para o fato de alguns modelos de concordância não preverem a ordem SV

CAPÍTULO 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: A TEORIA GERATIVA

1.1 Introdução

Esta pesquisa tem como fundamentação teórica os trabalhos desenvolvidos pelo linguista americano Noam Chomsky, fundador da linha de pesquisa em linguística denominada “Teoria Gerativa” (CHOMSKY, 1957 e trabalhos subsequentes). A linguística gerativa tem como pressuposto o esquematismo inato da linguagem humana, o que significa dizer que a linguagem humana está dividida em submódulos. Neste primeiro capítulo, objetiva-se esclarecer os pontos fundamentais da Teoria Gerativa, pontuando sobre a teoria de Princípios e Parâmetros (P&P) e sobre o Programa Minimalista (PM), projeto que está inserido dentro de P&P.

1.2 A Teoria Gerativa

Até a metade do século XX, dentre outras teorias linguísticas que ganharam espaço nas universidades, a hipótese behaviorista⁴ de aquisição da linguagem ganhava forças entre os estudiosos da época. Noam Chomsky (1957), como forma de reação a esse tipo de teoria, começou a apresentar novas possibilidades para o entendimento da linguagem humana. Recusando a hipótese de que as línguas naturais são aprendidas meramente como resultado de um estímulo externo ao indivíduo, Chomsky propõe a existência de uma estrutura interna ao indivíduo que explicasse a aprendizagem de qualquer língua natural. Surge, das primeiras críticas de Chomsky aos empiristas, a teoria da gramática gerativo-transformacional, a qual utiliza-se de critérios racionalistas para explicar a gramática de uma língua. O termo “gramática” é ressignificado e passa a equivaler ao termo “teoria linguística”. Uma gramática é,

⁴ Na psicologia, Watson e Skinner foram os principais precursores do movimento behaviorista.

essencialmente, uma teoria linguística que consegue explicar as construções gramaticais de uma língua específica. De acordo com Chomsky,

The grammar of L is a theory of L, incorporating the linguist's hypotheses concerning the elements and rules of L. This grammar is an account of knowledge of L that has been attained by the speaker-hearer who has mastered L. The theory of transformational generative grammar (or some other general linguistic theory) expresses a hypothesis concerning the 'essence of language', the defining properties of human language. We may regard a general linguistic theory, so construed, as a theory of the innate, intrinsic language faculty that provides the basis for the acquisition of knowledge of language (1955, p. 9).

Tradicionalmente, o termo “gramática” geralmente possui a denotação de se referir a um conjunto de normas técnicas sobre a utilização “correta” de uma língua. Nota-se, contudo, que a Teoria Gerativa rejeita essa concepção e adota a concepção de gramática como um conjunto complexo que possibilita a utilização de uma língua. As noções da gramática tradicional (GT) “certo” e “errado” são substituídas pela noção de “gramatical” e “agramatical”. Com isso, o linguista consegue analisar não somente os fenômenos que envolvem a construção de uma sentença sob uma perspectiva diacrônica ou sincrônica, mas consegue entender todos os processos envolvidos ao se externalizar uma sentença. Ao focar na capacidade comunicativa do falante, a teoria linguística passa a analisar as operações envolvidas na construção de sentenças, fato que proporciona uma compreensão mais ampla do fenômeno linguístico da aquisição de linguagem e do desempenho linguístico.

Com a publicação de *The Logical Structure of Linguistic Theory* (Chomsky, 1955), as postulações linguísticas herdadas da teoria de Skinner são duramente criticadas. Conforme Chomsky (2006):

Entre as pessoas ativas na pesquisa, nos campos da filosofia ou psicologia da linguagem, havia na época poucas dúvidas de que, embora faltassem detalhes, e embora as coisas pudessem não ser assim tão simples, um quadro behaviorista do tipo do que Skinner

esboçara se mostraria bastante adequado para acomodar a totalidade da linguagem. *Havia poucas razões para questionar a convicção de Leonard Bloomfield, Bertrand Russel e os linguistas, psicólogos e filósofos positivistas*, em geral, de que o quadro da psicologia do estímulo-resposta logo seria a tal ponto ampliado que forneceria uma explicação satisfatória para as mais misteriosas capacidades humanas (2006, p. 29, grifo nosso).

Conforme o trecho destacado, não havia, na metade do século passado, razões para duvidar das teorias linguísticas vigentes até então, dentre elas a estruturalista e a behaviorista, uma vez que não se considerava que a linguagem pudesse ser advinda de um processo mental complexo e inato, senão o resultado de um recebimento passivo de estímulos oriundos do ambiente no qual os falantes estavam inseridos. Dentre as críticas feitas ao modelo behaviorista, uma das mais famosas é a problematização de como uma criança qualquer, situada em um contexto comunicativo específico, poderia adquirir tão rapidamente estruturas complexas de uma língua. Tal argumento ficou conhecido como “argumento da pobreza de estímulo” e, segundo ele, os estímulos recebidos por uma criança, que são finitos (input), são reorganizados em seu organismo, possibilitando a externalização de infinitos dados, os quais são representados pela possibilidade de comunicação através de sentenças (output). Conforme destaca Chomsky (1994), não se pode pensar que o argumento da pobreza de estímulo está relacionado meramente à falta de quantidade de informações no ambiente, já que

O problema consiste em caracterizar a especificidade e a riqueza dos sistemas cognitivos que se desenvolvem no indivíduo com base na limitada informação disponível. [...] O problema reside, então, em determinar o equipamento inato que serve para preencher a lacuna entre experiência e conhecimento atingido (Chomsky, 1994, p. 15-16).

A criança, nesse sentido, interpreta e elabora frases nunca antes produzidas não apenas por processo de assimilação e dedução, mas por meio de uma estrutura interna e inata a ela, dentro de um tempo relativamente curto, uma vez que “uma criança leva, em média, cerca de dois anos e meio para ter um bom

domínio de sua língua materna” (FERRARI-NETO & SILVA, 2012, p. 21). Tais considerações provocaram muitos debates no último século, fazendo com que as considerações behavioristas fossem postas à falsificação.

É importante destacar que a questão do conhecimento humano vem sendo problematizada desde a filosofia grega, com Platão (JESPERSEN, 1975). Em sua obra “Crátilo”, Platão elabora um diálogo entre Sócrates, Crátilo e Hermógenes, após estes últimos questionarem Sócrates se os nomes⁵ são convencionais ou naturais. Platão também escreveu um diálogo chamado “Mênon”, o qual foi muito importante para problematizar a questão da natureza do conhecimento humano. Esse problema ganhou muito destaque na linguística e na filosofia, sendo conhecido como “Problema de Platão”. Na filosofia, por exemplo, deu margem ao surgimento da teoria cartesiana, segundo a qual há, além de ideias adventícias e fictícias, ideias inatas, ou seja, ideias inerentes ao ser humano. Para Descartes, a ideia de Deus e de triângulo são exemplo de conhecimentos inatos, ou seja, conhecimentos *a priori*. Após Descartes, a questão epistemológica enfrentou grandes problemas com o advento da modernidade, uma vez que o debate sobre a origem do conhecimento tornou-se comum no meio acadêmico, o que fez com que o debate sobre a linguagem também se intensificasse, conforme destaca Jespersen (1975).

Do problema de Platão, surge a hipótese inatista, fundamental à linguística gerativa. Ela parte do princípio de que o necessário à aquisição da linguagem por parte do homem não se encontra somente nos estímulos externos, mas no próprio indivíduo. A hipótese inatista possui duas versões, uma considerada “forte” e outra considerada “fraca”. A hipótese inatista forte, tal qual formulada por Chomsky a partir da segunda metade do século XX, considera que todas as informações necessárias para a aquisição das línguas estariam pré-especificadas no código genético humano, sendo, portanto, intrínsecas à natureza, e não extrínsecas a ela, conforme vemos em Chomsky (1981):

[...] dizemos que a criança “aprende uma língua”, e não que a linguagem se desenvolve ou amadurece. Mas nunca dizemos que o

⁵ Podemos entender “nome” como toda a designação aos seres. Na gramática normativa atual, os “nomes” são conhecidos como “substantivos”. É importante destacar que as primeiras noções de classe gramatical foram desenvolvidas também na Grécia Antiga. (cf. JESPERSEN, 1975)

embrião ou a criança aprende a ter braços em vez de asas, ou um aparelho visual determinado, ou órgãos sexuais maduros - este último exemplo representa um desenvolvimento que consideramos ser geneticamente determinado no que tem de essencial, muito embora só ocorra bem depois do nascimento (p. 177).

Nesse sentido, os humanos estariam geneticamente dotados de uma propriedade de compreender todas as possibilidades de construção de uma sentença de uma dada língua, uma vez que teriam, em seu aparato biológico interno, todas essas informações disponíveis. Conforme destaca Chomsky (1995), a linguagem não deve ser entendida como fora do mundo natural, mas como parte dele, uma vez que “*one approach (...) takes language to be part of the natural world*” (p.167). Contudo, muitos estudiosos, principalmente biólogos, rejeitaram a hipótese de que existisse uma estrutura mental inata que abarcasse todos os dados linguísticos de todas as línguas. Foi desenvolvida, então, a versão fraca do inatismo, a qual propõe que “a Faculdade da Linguagem (FL) seja uma espécie de disposição biológica, algo como um conjunto de instruções genéticas que criam neurônios especializados em retirar informações linguísticas do ambiente” (Kenedy, 2013, p. 78). Tal argumento é sustentado por Pinker (1998), entre outros teóricos. Esses conteúdos informativos inatos são considerados, na hipótese fraca, um Mecanismo de Aquisição da Linguagem (Language Acquisition Device – LAD).

A Teoria Gerativa não apenas sustenta que existe uma Faculdade da Linguagem, como também sustenta que, pelo fato de a espécie humana ser a única detentora de tal faculdade, deve haver uma explicação biológica para o funcionamento de uma língua. Ou seja, assim como há um componente mental responsável pela visão, tem de haver um componente mental responsável pela linguagem humana. E não somente isso, no componente mental responsável pela linguagem humana, deve haver uma subdivisão de estruturas que explicam os diferentes níveis linguísticos. Sendo assim, a Teoria Gerativa propõe que a gramática humana é modular, o que faz com que seja muito relevante o entendimento da biologia humana para que haja o entendimento da linguagem humana. A modularidade da mente, então, faz com que entendamos as

derivações sintáticas em níveis distintos. Dessa concepção, ganham destaque na Teoria Gerativa, por exemplo, a Teoria de Caso e a Teoria Temática, as quais buscam entender, respectivamente, como os casos são atribuídos aos DPs nas diferentes línguas e como esses DPs recebem papel temático em diferentes estruturas. Em nossa dissertação, as construções passivas são analisadas sob essa perspectiva modular.

Conforme visto anteriormente, Chomsky propõe que os estímulos são pobres para explicar toda a capacidade humana de produzir sentenças infinitas. O autor aprofunda essa ideia contra a hipótese behaviorista de aquisição de linguagem com o “problema lógico da aquisição da linguagem”. Segundo o autor, os estímulos recebidos externamente são finitos. Diante dessa premissa, como é que a criança, após poucos anos, adquire a capacidade de emitir potencialmente infinitos outputs? Não é logicamente possível admitir que os outputs são meramente repetições ou estímulos externos e, nesse sentido, a consideração da criança, ao nascer, como uma “tabula rasa”, é incoerente.

Como forma de responder às problematizações suscitadas pelo argumento da pobreza de estímulo e pelo problema lógico da aquisição, a Faculdade da Linguagem ganha relevância na Teoria Gerativa, sendo compreendida como um aparelho mental que possibilita a todos os humanos aprender e compreender uma língua, conforme salienta Lobato (2003). Nas palavras de Chomsky (1988), a faculdade da linguagem é “restrita à espécie humana e comum aos membros da espécie” (p. 35) A partir de todos esses questionamentos, a Teoria Gerativa se desenvolve, demonstrando que um aparato mental inicial de linguagem seria a resposta para os questionamentos a respeito da aquisição da língua. O linguista gerativista, por conseguinte, tem a incumbência de estudar a competência linguística dos falantes, a qual é a capacidade humana de produzir sentenças gramaticais. Além disso, cabe ao linguista identificar a Gramática Universal, isto é, estudar o fator comum aos humanos que possibilita, inicialmente, a aquisição de línguas específicas. Conforme vemos no exemplo abaixo, retirado de Chomsky (1964, p. 26), os dados linguísticos primários (PLD), ou *input*, entram em contato com o dispositivo B (ou Faculdade da Linguagem), e, a partir dessa relação, é gerada a gramática de uma língua específica.

(1) Primary Linguistic Data (PLD) → B → Generative Grammar

É papel do linguista, portanto, entender como uma gramática se desenvolve a partir de “B”, estudando as manifestações dos níveis linguísticos (ou submódulos da linguagem) nas diversas sentenças de uma língua.

Esse estado inicial foi teorizado na Teoria Gerativa como Gramática Universal (doravante GU), elaborado a partir da década de oitenta, dentro do modelo de Princípios e Parâmetros (P&P), o qual será explanado posteriormente. Conforme Haegeman (1994),

It is proposed that a large part of the native speaker's knowledge of his language, i.e. the internal grammar, is innate. The idea is that human beings have a genetic endowment that enables them to learn language. It is this innate capacity for language learning common to all human beings that the generative linguist tries to characterize (p. 12).

A experiência é como uma ativação desse recurso inato que há na biologia humana. Diante da Faculdade de Linguagem, Chomsky propõe uma teoria bifurcada para o conceito de “língua”. Ao teorizar sobre o conceito de uma língua particular, Chomsky (1995) assume que “uma língua L particular é uma instância de estados iniciais do sistema cognitivo da Faculdade da Linguagem com opções especificadas” (p. 219, tradução nossa). Ainda segundo o autor, há uma língua interna e há também uma língua externa. Essa dicotomia é assumida a partir da hipótese da Faculdade de Linguagem, conforme destaca Kato (2005). A primeira é definida como interna, intensional e individual (Chomsky, 1981, 1986). Por outro lado, a segunda é definida como externa, extensional e social. Através da Língua-I e tomando em consideração a grande diversidade de línguas existentes, a Teoria Gerativa busca compreender os princípios gerais (universais) presentes em todas as línguas, além de buscar compreender os parâmetros específicos de cada língua, que são abertos, flexíveis e dependentes de fatores contextuais para sua consolidação. Nesse sentido, Chomsky (1965) propõe a existência da GU, a qual é inerente ao fator biológico humano e, por conseguinte, passível de acesso a todos os humanos. Estes, através do *input*,

ativam os parâmetros específicos através dos princípios gerais da GU. Os parâmetros, diante disso, são responsáveis pela variação entre as línguas, e os princípios, por outro lado, são os dispositivos que permitem o acesso aos parâmetros através da GU.

Para Chomsky, quando todos os valores dos parâmetros são marcados com um valor, há uma gramática nuclear, ou seja, uma idealização. Essa gramática, por ter um caráter particular, pode variar de indivíduo para indivíduo (Kato, 2005). Um exemplo de marcação dos valores da gramática nuclear é o parâmetro *pro-drop*, ou parâmetro do sujeito nulo. Estudos apontam que o PB é, essencialmente, uma língua de *pro-drop* parcial, ao contrário do inglês e do francês, que possuem o parâmetro *pro-drop* preenchido negativamente (ou seja, [-] *pro-drop*), uma vez que os sujeitos dessas línguas devem ser preenchidos foneticamente (cf. Duarte, 1993, 1995; Kato, 1999, *apud* Kato, 2002; Negrão, 1999; Rodrigues, 2004; Modesto, 1995). Chomsky (1981) destaca, ainda, a noção de periferia marcada, a qual corresponderia às possibilidades de empréstimo, invenções e resíduos de mudanças que estão presentes na Língua-I, junto à gramática nuclear:

For such reasons as these, it is reasonable to assume that UG determines a set of core grammars and that what is actually represented in the mind of an individual even under the idealization to a homogeneous speech community would be a core grammar with a periphery of marked elements and constructions (Chomsky, 1981, p. 8).

Percebe-se que a hipótese da Língua-I explica de modo satisfatório o porquê de as línguas naturais serem recursivas e, ao mesmo tempo, passíveis de criatividade por parte dos falantes. Segundo Chomsky,

Para os cartesianos em geral, o “aspecto criativo” do uso comum da linguagem era a ilustração mais notável de nosso dom mais valioso. Ele tem por base principalmente a “maravilhosa invenção”, os mecanismos responsáveis pelo fornecimento da “infinidade de expressões” para expressar nossos pensamentos e para entender outras pessoas, embora se baseie em muito mais que isso (Chomsky, 2006, p. 59).

Partindo do pressuposto da língua interna, Chomsky argumenta que os aspectos das línguas naturais são gerados — daí advém o termo “gramática gerativa” — através de mecanismo complexos internos ao ser humano. Em seu trabalho pioneiro que deu início às discussões linguísticas baseadas na teoria gerativa, *Estruturas Sintáticas*, Chomsky começou a utilizar o termo “gerar” para indicar esse processo complexo linguístico humano:

Consideremos agora diversas maneiras de descrever a estrutura morfêmica das sentenças. Perguntemo-nos que tipo de gramática é necessário para *gerar* todas as sequências de morfemas (ou palavras) que são sentenças gramaticais do inglês — e apenas estas. (CHOMSKY, 2015, p. 26, grifo nosso)

Para as discussões relacionadas aos termos/sentenças gerados internamente pelos seres humanos, Chomsky assume que o julgamento acerca da *gramaticalidade* de tais termos/sentenças revela processos linguísticos muito importantes. Chomsky (1957) salienta que, para determinarmos a adequação de um tipo específico de gramática, há, dentre outras possibilidades, o julgamento da gramaticalidade de sentenças, o qual considera a aceitabilidade estrutural julgada pelos próprios falantes. Nesse sentido, a intuição linguística, em vários momentos, é tomada como fundamental para o desenvolvimento das principais reflexões linguísticas na área da pesquisa gerativa.

Para exemplificar, tomemos como exemplo as sentenças em (2) e (3):⁶

- (2) A menina bonita comprou o pão.
- (3) *Menina a bonita comprou pão o.

Em (2), qualquer falante do português diria que há um caso de uma sentença bem construída, ou seja, um caso em que não há problemas formais na elaboração da sentença, o que faz com que haja o entendimento do que foi dito. Contudo, em (3), há uma mudança estrutural da sentença que a torna agramatical, ou seja, mal construída. A mudança estrutural da sentença foi efetivada com a alteração da posição dos determinantes dos núcleos dos

⁶ Exemplos nossos.

sintagmas nominais. Ao se colocar “a” e “o” após “menina” e “pão”, as sentenças tornam-se agramaticais, uma vez que tal estrutura não é prevista na computação sintática do português. Em algumas línguas, por outro lado, como acontece na língua africana Wolof, o determinante tem de ocorrer após os nominais. Contudo, o português tem como parâmetro a precedência dos determinantes em relação aos nominais.

Além da noção de gramaticalidade, há, na Teoria Gerativa, a importante noção de “aceitabilidade”, que não pode ser confundida com a primeira. Uma sentença é aceitável quando ela não é estranhada pelo falante nativo de uma língua; por conseguinte, uma sentença é inaceitável quando, mesmo não havendo quebra da estrutura sintática da língua em questão, o falante considera absurda a construção da sentença. Diferentemente da gramaticalidade, a aceitabilidade é limitada por questões pragmáticas do uso da língua, como a limitação da memória, dificuldade de identificação de referentes contextuais, etc. Pode-se observar uma sentença inaceitável em (4), através da introdução em número exagerado de orações relativas:

- (4) O João conhece o menino que leu o livro que foi indicado pelo moço que comeu o pão que foi feito pelo padeiro que o Pedro indicou para a padaria que foi aberta pelo Ricardo.

Nesse exemplo, não há agramaticalidade na sentença, uma vez que ela atende à estrutura de construção de relativas no português, através da recursividade. Contudo, pelo fato de a sentença ser muito longa e o falante ter dificuldade em identificar os referentes das orações, a sentença é considerada “estranha” e, portanto, “inaceitável”. Cabe ao linguista entender os processos sintáticos que ocorrem em tais sentenças. Haegeman (1994) define de forma objetiva as noções de gramaticalidade e aceitabilidade, sob o viés da Teoria Gerativa:

'Grammaticality' is a theoretical notion. A sentence is grammatical if it is formed according to the grammar of English as formulated by the

linguist. 'Acceptability', on the other hand, is the term which characterizes the native speaker's intuitions about the linguistic data (p. 7).

Percebe-se que a Teoria Gerativa se desenvolveu a partir da hipótese de que existe uma Gramática Universal inerente a todos humanos. A formalização da GU ocorre dentro do modelo de Princípios e Parâmetros (P&P), a partir de 1981, e contribui diretamente para a noção de gramática adotada pelos linguistas dessa teoria. Cabe, agora, explicitar com mais detalhes o modelo de Princípios e Parâmetros, momento em que a Teoria Gerativa se consolida destacadamente.

1.3 O modelo de Princípios & Parâmetros (P&P)

O modelo de Princípios e Parâmetros (doravante P&P) surge da necessidade de explicação das similaridades e diferenças que são evidenciadas após o pressuposto da existência da GU entre as línguas. A sistematização de P&P se deu com a publicação de *Lectures on Government and Binding*, em 1981, como resultado de uma série de palestras dadas por Chomsky em 1979, em Pisa.

Conforme foi explicitado na seção anterior, a espécie humana é dotada de uma capacidade peculiar, inata, de produzir e compreender linguagem, a qual, aparentemente, não está presente em nenhuma outra espécie. A Faculdade da Linguagem possui, como vimos anteriormente, um estágio inicial, anterior à experiência, que possibilita a aquisição de línguas específicas. O estágio inicial da Faculdade da Linguagem é a Gramática Universal. Haegeman (1994) destaca, contudo, que a GU não é suficiente para a efetivação na aprendizagem de uma língua qualquer, sendo fundamental, portanto, a exposição ao material linguístico. Por conseguinte, a GU é o modo pelo qual os dados linguísticos são organizados após a exposição da criança ao ambiente. Ao fazer uma análise geral das diferentes línguas, percebe-se que cada uma possui uma especificidade sistemática, ou seja, cada uma tem um sistema complexo e único, diferente das demais línguas. Se a Gramática Universal é comum a todos os humanos e os sistemas linguísticos são peculiares, é necessário que haja uma teoria que explique como a GU, mesmo sendo universal, lida com as diferenças

de cada língua, e é também necessário que essa teoria demonstre de que maneira essas diferenças são variações de um mesmo tema, uma vez que é impossível admitir que todas as línguas estejam contidas sistematicamente na GU. Dessa problemática, surge a hipótese de que há, na GU, princípios gerais que regulam todas as línguas humanas e parâmetros específicos que regulam sistemas linguísticos peculiares. Nesse sentido,

[A] Gramática Universal seria composta por dois tipos de informações. Uma, mais rígida, invariável, presente em todas as gramáticas possíveis das línguas humanas, e que regulam o funcionamento da gramática como um todo. [São os chamados princípios.] Outra, mais flexível, aberta, específica de cada língua humana em particular. A estas denominou-se parâmetros (FERRARI NETO & SILVA, 2012, p. 25).

Os princípios, após as palestras ministradas por Chomsky em Pisa, passam a ser entendidos como um conjunto de leis invariáveis que subjazem a todas as línguas. Os parâmetros, por sua vez, são tomados como um conjunto finito de informações que são marcadas binariamente, as quais são selecionadas pela criança no período de aquisição da linguagem, isto é, a partir de PLD. Metaforicamente, diz-se que a GU possui um painel de interruptores (parâmetros), que podem estar “ligados” ou “desligados”; sendo assim, as marcações positivas configuram as especificidades computacionais de cada língua. Diante disso, pode-se concluir que uma criança desenvolve sua língua a partir da ativação de parâmetros até um momento em que estes se encontram estáveis. Quando os parâmetros de uma língua são ativados, a criança possui um grau elevado de domínio dessa língua. Esse conhecimento que se inicia com a assimilação de parâmetros pela GU e junta-se aos princípios já existentes configura-se como a língua-I de um indivíduo.

Para analisarmos como o sistema computacional, aplicado a línguas específicas, articula os princípios aos parâmetros, observemos (5) e (6), referentes a dados do português e do inglês, respectivamente.

- (5) a. **Nós** compramos pão. (sujeito explícito, ou sujeito pleno)
 b. *pro* Compramos pão. (Sujeito nulo)

- (6) a. We bought bread
 b. * *pro* Bought bread

Ao analisarmos (5) e (6), concluímos que em ambas as línguas há sujeito foneticamente preenchido. Contudo, a ocorrência de sujeito oracional está não somente em inglês e português, mas em qualquer língua natural. Diz-se, portanto, que há um princípio segundo o qual há um elemento na posição de sujeito em todas as línguas, denominado Princípio de Projeção Estendido (Extended Projection Principle – EPP), visto anteriormente. Em (5), percebe-se que o português admite tanto a presença de sujeito pleno como a presença de sujeito nulo, mantendo-se a gramaticalidade das orações. Em (5a) o EPP é satisfeito com a presença do pronome na posição de especificador. Em (5b) o EPP é satisfeito com a presença do *pro* na posição de especificador. Por outro lado, a gramaticalidade das orações não é mantida quando o sujeito nulo é utilizado em inglês. Diz-se, por conseguinte, que o português é uma língua que possui o parâmetro de sujeito nulo marcado positivamente; o inglês, ao contrário, é uma língua que possui o traço de sujeito nulo marcado negativamente. Ou seja, o traço “sujeito nulo” é um parâmetro linguístico que pode ser marcado positivamente (“ligado”) ou negativamente (“desligado”) em uma língua específica. Um dos papéis do linguista gerativista é identificar quais são os princípios inerentes a todas as línguas e quais são os parâmetros que compõem o sistema computacional de uma língua específica.

O modelo de P&P é eficiente e profícuo para explicar como uma língua-l é composta, além de evidenciar as características específicas das línguas-E. Haegeman (1994) destaca o papel do linguista na tentativa de identificação dos princípios e parâmetros:

In order to determine how a specific language (say English) is acquired and how language in general is acquired we have to determine to what extent the properties of languages vary from one language to another, i.e. to what extent the properties are language-specific, and to what extent they are invariant across languages. Properties of language that vary cross-linguistically will be learnt by the speaker as a result of

exposure to some specific linguistic environment: the fact that Italian allows the subject pronoun to be absent can be learnt through exposure to this language, for instance (p. 19).

Com a introdução do modelo de P&P, a hipótese inatista é justificada formalmente e abrem-se muitas possibilidades para se estudar o fenômeno da linguagem humana, em seus diferentes níveis. Conforme Chomsky (1981), esse modelo é capaz de abstrair os universais linguísticos e as idiossincrasias de cada língua, possibilitando um amplo campo de estudos para o linguista gerativista, uma vez que suscita a discussão sobre aquisição de linguagem, natureza humana, dentre outros assuntos.

1.4 O Programa Minimalista

Após a formalização da teoria de P&P, na década de 80, ficou explícito que as línguas, antes mesmo da manifestação externa, através de sons aplicados a contextos comunicativos, possuem uma sistematização interna, a qual dispõe de vários processos mentais complexos que determinam a competência linguística através da FL. A linguística passou, então, a ter a função de identificar os universais linguísticos a partir da sistematização da FL. Ou seja, a descrição objetiva de uma língua tornou-se interdependente da criação de uma teoria da linguagem, sendo que esta última, a partir do reconhecimento dos princípios e dos parâmetros que norteiam a linguagem, obteve relevância e destaque nas formulações das teorias linguísticas após P&P. Chomsky (1995), ao abordar as motivações que originaram a elaboração do PM, destaca duas em especial:

This work is motivated by two related questions: (1) what are the general conditions that the human language faculty should be expected to satisfy? And (2) to what extent is the language faculty determined by these conditions, without special structure that lies beyond them? (p.1)

A FL, portanto, compõe um mecanismo mental complexo e é satisfeita por determinadas condições, as quais são objeto de estudo do linguista gerativista a partir do PM. A linguagem é composta de uma parte perceptual e de uma parte

conceptual, que são representadas pela manifestação sonora/gestual e pela manifestação semântica. A Teoria Gerativa considera esse postulado importante e formula uma concepção de gramática na qual há um sistema articulatorio-perceptual (A-P), que se conecta à interface “Forma Fonética” (PF), a qual, por sua vez, é associada a um sistema conceptual-intencional (C-I), que se conecta à interface “Forma Lógica” (LF). Tais interfaces são representadas, respectivamente, pelos sinais π e λ , que correspondem, em parte, aos termos saussurianos “significante” e “significado”, respectivamente. Em Chomsky, é destacado o fato de que:

We take L to be a generative procedure that constructs pairs (π, λ) that are interpreted at the articulatory-perceptual (A-P) and conceptual-intentional (C-I) interfaces (...) as ‘instructions’ to the performance systems. π is a PF representation and λ an LF representation (p. 219).

Esses mecanismos, conforme Chomsky (1998), estão em constante articulação com a FL, o que possibilita a manifestação da linguagem em contextos de uso diversos, ou seja, a articulação das interfaces linguísticas com a FL possibilita o desempenho linguístico, após uma série de processos mentais realizados pelo sistema computacional humano.

A Teoria de Regência e Ligação (GB) pressupõe quatro níveis de representação gramatical: DS (Estrutura Profunda), SS (Estrutura Superficial), PF e LF. Segundo o Princípio da Projeção, todo item lexical deve ser projetado na sintaxe. DS, por conseguinte, representa o nível em que os itens retirados do léxico são projetados na sintaxe. SS representa o nível em que os processos sintáticos de derivação ocorrem, fazendo com que as línguas difiram sintaticamente entre si. PF e LF estão em constante contato com a FL e passam por DS e SS, possibilitando a manifestação da linguagem. Tendo em vista que GB alcançou um nível teórico muito abrangente, começou-se a analisar a possibilidade de reduzir os processos de análise linguística que contribuíam para a interpretação do funcionamento linguístico, com base em P&P. Diante da necessidade de aprimoramento do aparato técnico, surge o PM (1995), que, entre outros objetivos, visa dispensar os níveis DS e SS.

Dentro da teoria de P&P, o PM busca otimizar a técnica de descrição linguística iniciada com a Teoria de Regência e Ligação (*Government and Binding*), buscando a redução de seu aparato técnico. Conforme Chomsky (1995),

in pursuing a minimalist program, we want to make sure that we are not inadvertently sneaking in improper concepts, entities, relations, and conventions. The point of the occasional forays into formalism below is to clarify just how closely C_{HL} keeps to minimalist conditions, with principles and conventions derived where valid. The more spare the assumptions, the more intricate the argument is likely to be (p. 225).

Para isso, toda a análise linguística é fundamentada no princípio metodológico de Okcham⁷, segundo o qual uma teoria (ou “ente”, em termos filosóficos) deve utilizar o menor número possível de processos para chegar a uma interpretação teórica de um fenômeno qualquer. Diante disso, conforme salienta Chomsky (1998), “o Programa Minimalista procura mostrar que tudo o que foi explicado até agora em termos desses níveis [DS e SS] foi mal descrito” (p. 47). Chomsky (2000) afirma que, na teoria de P&P, cabe ao linguista identificar as relações existentes entre os princípios e os parâmetros de uma língua, além de procurar identificar quais são os princípios e os parâmetros existentes. Algumas questões sobre o design das línguas começaram a surgir, como forma de tentativa de explicação dos processos que ocorrem nos sistemas linguísticos. O PM, dentre outras questões, tenta dar uma resposta a esses problemas. Não se pode pensar, contudo, que o PM é uma tentativa de melhoramento de GB. Deve-se pensar que o PM é um aperfeiçoamento do entendimento da FL, através da busca por compreensão de como a FL satisfaz as condições para que a linguagem seja utilizável. Para isso, o PM utiliza-se de parcimônia descritiva. Chomsky destaca que tais condições podem ser pensadas como “condições de legibilidade” (1999, p. 1). É preciso que os sistemas linguísticos que fazem interface com a FL consigam decodificar as expressões da língua. Para isso, são necessárias operações realizadas pelo

⁷ Guilherme de Ockham, filósofo do século XIV, foi o fundador desse princípio epistemológico. O conceito originalmente foi aplicado à lógica para satisfazer o fato de que o mais simples sempre deveria ser considerado na investigação filosófica.

sistema computacional. Algumas das operações realizadas pelo sistema computacional são: *merge*, *agree*, *move*, *merge* interno e *spell-out*. Segundo Ferrari Neto & Silva (2012), tais operações, no PM, podem ser entendidas através dos traços formais de uma língua:

Os traços formais são relevantes para a atuação do sistema computacional, cujas operações são, por eles, acionadas. Uma derivação linguística parte de um arranjo de itens lexicais, os quais serão combinados entre si em estruturas hierárquicas. Merge é a operação que concatena itens lexicais, formando objetos sintáticos mais complexos. Agree é responsável pela eliminação de traços formais não interpretáveis, que são pareados a traços de mesma natureza, interpretáveis, em um domínio sintático. Move é acionado pela presença de traços específicos que demandam o deslocamento de um elemento, já presente na estrutura em derivação, para uma nova posição – sendo mais recentemente denominado Merge Interno. Uma vez exaurido o arranjo de itens lexicais e disparadas todas as operações relevantes, há o momento de Spell-Out, em que se enviam os traços fonológicos para o nível de interpretação PF (p. 274).

A FL tem o objetivo de tornar os dados legíveis nas interfaces PF e LF, associando-se aos sistemas de desempenho. Diante disso, Chomsky propõe que as operações — e conseqüentemente os traços do léxico — realizadas pelo sistema computacional devem ser legíveis nos sistemas de desempenho, o que ficou conhecido como Princípio de Interpretação Plena (*Full Interpretation Principle* - FI).

Diante disso, percebe-se que o PM parte do princípio de que qualquer operação realizada pelo sistema computacional deve ser necessariamente requisitada, atentando ao princípio de economia. Conforme Haegeman (1994),

The Minimalist Program is economy-driven. The link between PF and LF has to be established as economically as possible. Economy, in this system, is instantiated in a number of respects. We focus on just a few. One instantiation of the Economy Principle is that movement should only take place when necessary; this is sometimes referred to as movement as a last resort. This means that there should be no optional movement in the grammar (p. 216).

Essa economia que justifica a relação entre LF e PF aponta que a linguagem deve ser “perfeita” em relação ao funcionamento do seu sistema, conforme argumenta Chomsky (1995): *“it seems not unreasonable to conjecture that language may approximate a ‘perfect’ system in the sense described in the introduction”* (p. 379).

O PM, portanto, é fundamental para os estudos linguísticos que tomam como base a Teoria Gerativa, no contexto da ciência da linguagem atual, uma vez que representa o estágio mais recente de desenvolvimento dessa teoria.

1.5 A concordância na Teoria Gerativa

Conforme destaca Simioni (2007), a tese forte do PM assume que a FL é uma solução ótima para as condições de legibilidade das interfaces. Por isso, é importante encontrar as aparentes “imperfeições da linguagem” e procurar entendê-las sob a perspectiva das operações realizadas pelo sistema computacional humano. Tendo em vista que o presente trabalho analisa a posposição do sujeito em construções passivas e a forma com que a concordância se dá nessas construções, é necessário examinar e revisar como o fenômeno da concordância é tratado no modelo geral da Teoria Gerativa.

Na Teoria Gerativa, muitas discussões foram levantadas em torno do fenômeno da concordância. Conforme destaca Magalhães (2014), Chomsky (2009) assume que há dois tipos de concordância, um no nível da sentença e outro no nível do DP. Segundo Simioni (2007), a concordância no nível do DP não possui muito destaque nos trabalhos feitos por Chomsky, sendo que o PM dá enfoque à concordância no nível sentencial. Nas primeiras formulações do PM (Chomsky, 1995), Chomsky propõe a existência da categoria funcional Agr, a qual reúne traços- ϕ e traços de caso. Atendo-se a uma aparente imperfeição da língua, que consiste no movimento de constituintes, Chomsky propõe que todo movimento tem o objetivo de checar traço. As operações de concordância em uma língua, portanto, devem ser analisadas com o intuito de checagem de traços. Sentenças com sujeitos alçados, por exemplo, visam satisfazer o traço EPP. A noção de concordância é ressignificada com o advento do PM. Chomsky

assume que a concordância sujeito-verbo no nível sentencial pressupõe uma valoração de traços, concebendo que os traços formais podem ser de duas naturezas: os traços formais interpretáveis nas interfaces fonética e semântica e os traços não interpretáveis nessas interfaces. A fim de que o sistema computacional gere apenas derivações convergentes, o componente sintático visa à eliminação dos traços não interpretáveis. Simioni (2011) salienta esse fato, dizendo que, “nas primeiras versões do Programa Minimalista, Chomsky (1995) propunha uma associação entre as duas “(aparentes) grandes imperfeições” da linguagem: movimento e traços não interpretáveis” (p. 49). Ainda segundo a autora (2007), “a grande investida do PM é investigar de que forma essas duas aparentes imperfeições caminham juntas, ou seja, em que medida são duas faces da mesma moeda” (p. 59).

Em relação à valoração de traços, assume-se que os traços- ϕ não interpretáveis entram na derivação sintática sem os valores especificados, ao contrário dos traços- ϕ cujos valores são interpretáveis, os quais são especificados na derivação sintática. Chomsky (2001) propõe, então, que a operação *Agree* é feita pela computação sintática para eliminar os traços não-interpretáveis que as interfaces da gramática não conseguem ler. Postula-se, portanto, que o item sintático que possui um traço não interpretável possui um papel de Sonda (*Probe*) e busca um Alvo (*Goal*) na estrutura a fim de que, a partir da relação estabelecida entre esses dois elementos, os traços não interpretáveis possam ser valorados e eliminados, com o objetivo de que a operação sintática convirja. O Alvo, para que esse fato aconteça, deve ser comandado pela Sonda. Magalhães (2004) destaca que essas relações de valoração se dão abertamente através da operação *Agree*, a partir de dois elementos. É importante destacar que a noção de valoração surge em um desenvolvimento posterior à noção de checagem.

Frampton & Gutmann (2000a) fazem uma modificação na proposta de Chomsky (1999), substituindo a ideia de valoração de traços por compartilhamento de traços. Não há um traço não valorado buscando a valoração de um traço valorado na derivação sintática, mas sim um compartilhamento de traços entre dois elementos presentes na derivação sintática. Segundo Simioni (2011), em relação à proposta de Frampton &

Gutmann, “a noção de concordância como compartilhamento de traços vem, assim, como sugestão de um novo mecanismo que supra as necessidades trazidas pelo princípio da transitividade” (p. 66).

Também na contramão do proposto inicialmente por Chomsky, Hornstein (2009) propõe um modelo arquitetônico de gramática sem a operação *Agree*, argumentando, como fundamento principal, que há redundância em uma gramática que contenha *Agree* e *Move* como operações possíveis, fato que entra em conflito com os pressupostos do modelo do PM.

Neste trabalho, consideramos satisfatório para os dados discutidos o sistema *probe-goal*, desenvolvido por Chomsky (2001).

Nota-se, diante disso, que muitas foram as postulações acerca da operação de concordância no sistema operacional da GU. Tal fato contribui para a discussão de importantes temáticas, como a questão de movimento de argumentos dentro da sentença e como se dá a concordância entre esses argumentos e seus predicadores.

1.6 Da Teoria Padrão à Teoria de Princípios e Parâmetros: uma perspectiva sobre as construções passivas

Durante o percurso da Teoria Gerativa, o entendimento sobre as construções passivas se manifestou de formas distintas. Os primeiros trabalhos que desenvolveram reflexões sobre passivas na Teoria Gerativa foram os desenvolvidos por Chomsky (1957, 1965), apresentados em *Syntactic Structures* e *Aspects of the Theory of Syntax*. Inicialmente, as sentenças eram entendidas como resultado de uma série de aplicações de regras sentenciais, as *Phrase Structure Rules*. Chomsky (1957, p. 39) propõe a seguinte regra para a introdução de auxiliar na sentença:

- (7) (i) VERBO → AUX + V
- (ii) V → *hit, take, walk, read, etc.*
- (iii) Aux → C (M) (*have + en*) (*be + ing*)

(iv) M → *will, can, may, shall, must*

Nesses exemplos, Lunguinho (2011) destaca que dois constituintes obrigatórios são reconstruídos a partir de VERBO, sendo eles o nóculo AUX e o nóculo V. As construções passivas possuem um auxiliar (*be + en*) e sua estrutura é tratada em termo de Transformação Passiva, ou seja, uma transformação de uma estrutura ativa para uma estrutura passiva. Lunguinho (2011), com base em Chomsky (1957, p. 43, 112), mostra a descrição dessas estruturas:

(8) Transformação passiva: opcional

Análise estrutural: NP – AUX – V – NP

Como pode ser visto, na proposta inicial de Chomsky, os verbos auxiliares eram inseridos na derivação como nósculos de AUX. Esse pressuposto não foi aceito por alguns linguistas, como é o caso de Ross (1969), o qual propôs que os verbos auxiliares, por se comportarem sintaticamente da mesma maneira que os verbos lexicais, deveriam ser gerados por um nóculo VP, não por um nóculo AUX. Essa proposta ficou conhecida como *Proposta dos verbos auxiliares como verbos principais*, e, segundo Lunguinho (2011), ainda é influente até hoje.

Após receberem o tratamento de transformações sintáticas no início da Teoria Gerativa, com o advento de P&P, as passivas recebem um novo tratamento. Chomsky (1981) passa a analisar as construções passivas em termos de suas características, e para tal, o autor considera a teoria do Caso e a Teoria dos Papeis Temáticos para explicar como são formados os constituintes das passivas. Lunguinho (2011) destaca as duas principais descrições sobre os constituintes das passivas no modelo de P&P:

- (9) a. [NP, S] não recebe papel temático
 b. [NP, VP] não recebe Caso

Isso quer dizer que a posição de sujeito das construções passivas é descrita como não receptora de papel temático, ao passo que o objeto/argumento interno é um constituinte que não recebe Caso. Nessa análise, o particípio absorve caso acusativo do verbo lexical no qual se encaixa, o que faz com que não seja possível o NP interno receber caso acusativo. Lunguinho utiliza a seguinte sentença para explicar essa propriedade:

(10) The book was written (by him).

Nessa sentença, a forma participial sufixal *-en* recebe caso acusativo do verbo *write*. Lunguinho argumenta então que

A forma resultante *written* não pode atribuir Caso ao DP [*the book*]. (...) Por ser um DP, [*the book*] precisa de Caso para ser licenciado, em conformidade com o Filtro de Caso. Há, na sentença, um possível atribuidor de Caso, o núcleo flexional da oração, I(nflection). Como a posição de sujeito de uma passiva é uma posição não-temática, (...) o DP [*the book*] pode se mover para lá receber Caso Nominativo do núcleo I. (p. 51)

A derivação resultante dessa estrutura é a descrita a seguir:

(11) [IP [DP the book]_i was [VP written t_i]]

Posteriormente, o PM, que está inserido dentro de P&P, a partir de Chomsky (2001), proporcionou uma alteração no entendimento das construções passivas, em relação aos seus estágios derivacionais. A relação dos constituintes da passiva passa a ser compreendida a partir da operação *Agree*, a qual pressupõe que um constituinte (o morfema participial) entra na derivação com um conjunto incompleto de traços- ϕ (gênero e número) não valorados e não-interpretáveis, fato que o qualifica como uma Sonda, e busca um Alvo ativo para valorar seus traços- ϕ .

Esses fatos revelam que o entendimento acerca das construções passivas foi se alterando e se modelando, nem sempre de forma homogênea, no decorrer do desenvolvimento da Teoria Gerativa.

Conclusões preliminares

Este capítulo teve o objetivo de analisar os principais postulados teóricos que norteiam a Teoria Gerativa, a fim de compreender como as línguas são analisadas sob o ponto de vista da Faculdade de Linguagem, a qual está presente em todos os humanos. Vimos, na seção 1.2, que a Teoria Gerativa se desenvolveu com o objetivo de explicar a aquisição de linguagem e com objetivo de compreender a natureza da linguagem humana. Na seção 1.3, destacamos o surgimento do modelo de P&P, o qual buscou explicar as similaridades e as diferenças existentes entre as línguas naturais, sob o ponto de vista da existência da GU. Na seção 1.4, vimos a importância do PM e destacamos que ele é um modelo inserido na teoria de P&P, o qual busca compreender a FL como uma solução ótima para as exigências do sistema computacional. Na seção 1.5, foram descritas as propostas minimalistas acerca do funcionamento da concordância. Revisitamos a hipótese de Chomsky (1999), que postula a existência da operação *Agree*, e revisitamos a proposta de Frampton & Gutmann (2000), segundo a qual a noção de valoração introduzida por Chomsky deveria ser substituída pela noção de compartilhamento de traços. Por fim, na seção 1.6 vimos como as construções passivas foram descritas ao longo do desenvolvimento da Teoria Gerativa, direcionando nossa análise ao surgimento da Teoria Padrão (Chomsky 1965) e ao surgimento de P&P (1981), com a posterior inclusão do PM à teoria de P&P.

No próximo capítulo, será revisitada a literatura sobre o fenômeno dos sujeitos pospostos ao verbo com ênfase na questão da concordância.

CAPÍTULO 2

SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL E O SUJEITO POSPOSTO AO VERBO

2.1 Introdução

Neste capítulo, será revisada a literatura acerca do fenômeno da concordância verbal, especialmente no que diz respeito à concordância (ou ausência) com o sujeito posposto ao verbo. Para isso, na seção 2.2 abrimos a discussão para alguns aspectos gerais da posposição do sujeito no PB. Na seção 2.3, antes de entrarmos na discussão do fenômeno no PB, direcionamos nosso estudo para o fenômeno da ordem VS em outras línguas, considerando o chichewa (Bresnan & Kanerva 1989), o inglês (Bresnan 1994; Levin & Rappaport Hovav 1995) e o espanhol (Kempchinsky 2001, 2002). Na seção 2.4, discutimos algumas análises de cunho gerativista sobre a ordem VS, utilizando as propostas de Simioni (2011), Kato (2000, 2005), Pilati (2006), Nascimento (1984) e Lima (2006), todas elas para o PB. Na seção 2.5, por fim, fazemos uma revisão de como teorias não gerativas analisaram o fenômeno da posposição do sujeito nas sentenças do PB. Para isso, utilizamos as análises de Abraçado & Vale (2014); Lira (1986) e Alberton (2001). A primeira proposta é de cunho funcionalista e as duas últimas de cunho variacionista. Nosso objetivo é mostrar que as diferentes propostas teóricas se complementam dentro de um quadro geral de análise linguística.

2.2 Foco na ordem VS e na concordância do PB

Na gramática do PB, tem-se tornado muito produtivo um fenômeno de ausência de concordância verbal em casos nos quais os sujeitos são pospostos ao seu predicador. Conforme Kato (2005), esse fenômeno, além de estar muito presente na escrita, também se faz muito presente na fala dos brasileiros, fato

que justifica a necessidade de seu entendimento teórico. Dados como os seguintes são muito recorrentes em construções de sentença no PB:

- (1) Chegou as cartas ontem à noite.
- (2) Vende-se casas.

Com base na gramática tradicional, os sujeitos em (1) e (2) são, respectivamente, “cartas” e “casas”. Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de concordância verbal, as sentenças deveriam ser marcadas, conforme orienta a gramática tradicional, da seguinte forma:

- (3) Chegaram as cartas ontem à noite.
- (4) Vendem-se casas.

As sentenças em (2) e (4) diferem das sentenças em (1) e (3), uma vez que são construções de passivas sintéticas. Por outro lado, o fenômeno da ausência de concordância aplica-se a todos os casos.

A ordem sujeito-verbo é muito mais comum no PB, uma vez que o português é uma língua cuja ordem sintática é predominantemente SVO. Nesse sentido, construções como em (5) e (6) são frequentes:

- (5) Dois policial morreu ontem.
- (6) As cartas chegaram.

A concordância verbal é mais comum em contextos formais de uso da língua, tal como no exemplo (6), ao passo que a não concordância verbal também é comum. Contudo, é um fenômeno visualizado em contextos mais

informais do uso da língua, tais como (5). Também é possível afirmar que às vezes a concordância ou ausência de concordância não está relacionada apenas à formalidade ou informalidade de uso, mas sim aos dialetos de uma língua. Exemplo disso é quando em alguns dialetos, mesmo em contexto formal, houver a possibilidade da sentença (5) ser construída sem concordância, caso o sujeito seja posposto ao verbo.

Sabe-se que, apesar de não ser a única, a construção sujeito-verbo é a mais comum no PB, fato atestado por vários estudos (cf. Pontes, 1986; Kato, 2000; Pilati, 2006; Nagase, 2007, entre outros). Conforme argumentam Abraçado & Vale (2014):

Comparativamente à ordem sujeito-verbo (SV), a VS é bem menos frequente. Sabe-se, ainda, que a ordem VS é fortemente favorecida por construções com verbos monoargumentais, em que o sintagma nominal (SN) argumento é geralmente não agentivo. Em relação às funções desempenhadas no discurso, sabe-se que a VS tende a ser empregada, introduzindo informações novas - sujeitas a se transformarem em tópico na sequência do discurso - e como participante de um esquema organizacional das narrativas, veiculando eventos e situações sem tópico, no plano de fundo, que, em geral, não são retomados na progressão discursiva (p. 2)

Os verbos monoargumentais são formalizados na Teoria Gerativa com a observação de que eles podem ser divididos em dois grupos: o grupo dos verbos que só possuem argumento interno, os inacusativos, e o grupo dos verbos que só possuem argumento externo, os inergativos. Pilati (2006) salienta que os casos de ordem VS, apesar de serem mais recorrentes com verbos inergativos e inacusativos, também são licenciados em verbos transitivos, ao contrário do que postula Nascimento (1984), autor que restringe o licenciamento de tais construções em sentenças intransitivas. Nagase (2014) argumenta que o fenômeno da posposição do sujeito ao verbo ocorre, geralmente, em verbos inacusativos, os quais requerem um sintagma nominal não agentivo, tais como, “chegar”, “parecer”, etc. Pode-se observar tal constatação nas orações que se seguem:

- (7) Chegou filme na locadora.
- (8) Caiu o brinquedo no chão.

O fato de os exemplos em (7) e (8) poderem não ter o verbo flexionado nos casos em que os sintagmas nominais pospostos aos verbos são pluralizados nos faz questionar os processos sintáticos que ocorrem no sistema computacional, refletindo sobre a natureza do sintagma nominal. Segundo as autoras, somente a natureza do verbo não explica o fenômeno da posposição do sujeito. Entretanto, veremos que, na Teoria Gerativa, a explicação da posposição do sujeito a partir da natureza verbal recebeu muitas análises, as quais conseguiram, de alguma maneira, explicar satisfatoriamente, sob diferentes enfoques na sentença, o funcionamento desse tipo de construção (cf. Bresnan 1994; Simioni 2011, entre outros) A tese de Abraçado e Vale será aprofundada na seção 2.5 deste capítulo. Nosso foco será demonstrar como as sentenças de ordem VS são licenciadas nas construções passivas, uma vez que, na literatura gerativista, construções com verbos inergativos, inacusativos e transitivos (na ordem direta), ganharam relevância, ao passo que as sentenças passivas foram pouco trabalhadas⁸, apesar da recorrência no contexto discursivo.

Nas próximas seções, consideraremos algumas postulações em relação ao fenômeno da ordem VS e as analisaremos com o objetivo de evidenciar a importância desse assunto para a linguística atual.

2.3 O fenômeno da posposição do sujeito em outras línguas.

Nesta seção, apresentaremos algumas propostas relacionadas à posposição do sujeito em outras línguas. Na seção 2.3.1, destacaremos a proposta de Bresnan e Kanerva (1989) para o chichewa, a qual destaca que a IL pode ser considerada como um sujeito sentencial em algumas construções dessa língua. Na seção 2.3.2, mostraremos como Bresnan (1994) analisa a

⁸ Como veremos adiante, Simioni (2011) analisa o fenômeno da ordem VS em construções passivas, com o foco na concordância.

possibilidade de posposição do sujeito no inglês a partir de sentenças passivas, mesmo a posposição estando restrita, no geral, a verbos intransitivos. Na seção 2.3.3, mostraremos como Levin e Rappaport Hovav (1995) relacionam a ordem VS com a presença de um elemento PP na periferia esquerda de algumas construções do inglês. Por fim, na seção 2.3.4, evidenciaremos a proposta de Kempchinsky (2001, 2002), a qual demonstra que, ao contrário do português, o espanhol possui menos restrições sintáticas em relação à construção VS, considerando sentenças com tópico e sentenças com IL.

2.3.1 Bresnan & Kanerva (1989): o sujeito posposto em inversões locativas.

Bresnan e Kanerva (1989) fizeram uma análise da posposição do sujeito em construções locativas invertidas (IL) no chichewa⁹. Esse trabalho é relevante porque introduz uma análise desse fenômeno a partir de representações temáticas, estruturais e funcionais. Esse fenômeno acontece quando um locativo é colocado no início da sentença e o sujeito é colocado após o verbo, tal como acontece nos exemplos a seguir:

(9) Ku-mu-dzi ku-na-bwér-á' a-lendô-wo
 Village come visitors those
 'To the village come those visitors.'

Nagase (2007) destaca a forma com que o chichewa marca suas relações gramaticais, em comparação com o inglês:

Os autores mostram que o chichewa marca suas relações gramaticais através de sua rica morfologia, enquanto que o inglês marca muitas das suas relações gramaticais através de relações oblíquas. Como ponto de comparação entre as línguas, escolheram o fenômeno da IL, o qual revelaria as principais diferenças entre as duas sintaxes (p. 10).

Bresnan & Kanerva argumentam que, embora o sujeito invertido tenha o papel temático do sujeito, ele aparece em posição pós-verbal adjacente ao

⁹ Chichewa – também conhecida como Nianja – é uma língua africana banta falada no Malawi.

verbo. No chichewa e em outras línguas bantas, o sujeito invertido aparece na posição de objeto. Diante disso, elas defendem que:

In summary, evidence from word order at the S level, word order at the VP level, and phrasal phonology converges in showing that the inverted subject is internal to the minimal phrase containing the verb. This is the characteristic position of the structural object in Chichewa (1989, p. 9).

Pilati (2006), seguindo os estudos iniciados em Pilati (2002), os quais analisaram as construções VS em contextos de verbos transitivos e verbos inergativos, demonstrou que o fenômeno da posposição do sujeito nas orações do PB está relacionado à inversão de locatividade, seguindo o raciocínio introduzido em Pinto (1997). Nesse sentido, os dados encontrados no chichewa têm similaridade com as construções oracionais do PB. Observa-se tal fato quando analisamos os seguintes dados encontrados no português, relacionados à Inversão Locativa:

(10) Ali choraram os pais deles.

Em (10), o verbo inergativo “chorar” tem o seu argumento externo realizado à sua direita, possuindo um sintagma adverbial deslocado para o início da sentença. Apesar de não ser o tipo verbal mais frequente em casos de inversão do sujeito, Pilati (2006) salienta que a Inversão Locativa, mesmo em construções inergativas, licencia a construção do sujeito posposto, tendo em vista a agramaticalidade da sentença em (11):

(11) *Choraram os pais deles ali.

É interessante destacar que Bresnan & Kanerva (1989) demonstraram que o locativo invertido pode ser considerado como o sujeito oracional em algumas construções do chichewa. Conforme argumentam os autores,

A compelling indication that the inverted subject cannot be the syntactic subject is the evidence that the locative phrase itself is the subject. Evidence for this in Chichewa comes from subject-verb agreement, the

absence of expletive subjects, attributive VPs, and subject raising (p. 9).

Uma das evidências para a hipótese de que o locativo invertido é o sujeito da oração é o fato de que, no chichewa, os verbos finitos possuem um prefixo obrigatório que concorda com o sujeito em número, gênero e grau. O verbo das construções com Inversão Locativa estabelece concordância com o sintagma locativo. Nesse sentido, Bresnan & Kanerva demonstram que as construções VS precedidas de locativo evidenciam que o sujeito invertido tem um caráter de objeto oracional. As autoras argumentam que o sujeito invertido é, na verdade, um objeto inacusativo:

We propose that the inverted subject in locative inversion is in fact an unaccusative object, that is, a grammatical object that alternates with the subject for a certain class of intransitive verbs. We further suggest that when the unaccusativity of locative inversion is properly understood, the strange behavior of the inverted subject falls into place (p. 15).

Um dos argumentos que justificam a hipótese adotada acima é o fato de que, no chichewa, as construções de Inversão Locativa só são possíveis com verbos intransitivos. As autoras citam os exemplos de verbos que possuem o sentido de “vir”, “chegar” e “permanecer” para justificar as construções com Inversão Locativa. Tais verbos comumente não admitem a presença de objetos. Assim, quando as inversões locativas são procedidas de verbos transitivos, as construções tornam-se agramaticais, como podemos ver no exemplo (12):

(12) *Ku-dâmbo ku-na-péz-á' mâyi mw-ana.

Pântano encontrou a mãe a criança

'No pântano a mãe encontrou a criança.'

A Inversão Locativa não é a razão pela qual a sentença é malformada, mas sim a presença de um verbo transitivo combinado com a Inversão Locativa. Essa sentença é gramatical quando não há Inversão Locativa. Assim, segundo as autoras, *“the unaccusative character of locative inversion in Chichewa seems*

to reflect grammatical principles of general applicability” (Bresnan & Kanerva, 1987, p. 20).

Pilati (2006) afirma que a semelhança entre as construções com IL no chichewa e as construções com IL em línguas de outros troncos linguísticos é uma propriedade muito interessante nas línguas naturais:

Bresnan & Kanerva (1989) descrevem as características da Inversão Locativa no chichewa, um fato interessante, dado que é uma língua da África Central, mas que compartilha características sintáticas e semânticas com as inversões locativas de línguas de outros troncos linguísticos, como o inglês (e também como o PB e o italiano) (p. 173-174).

Pilati (2006, 2016), como veremos na subseção 2.4.3, argumenta que as construções VS no PB se assemelham às construções com Inversão Locativa, descritas por Bresnan & Kanerva. Isso pode refletir uma tendência estrutural que abrange várias línguas e, portanto, tem grande relevância para a compreensão dos mecanismos adotados pela FL. Avelar & Cyrino (2009) defendem que o PB sofreu influência sintática das línguas da família Bantu, faladas por africanos que chegaram ao Brasil entre os séculos XVI e XIX. Essa influência possibilitou que o PB reinterpretasse o locativo na posição mais alta da sentença como um sujeito sintático.

Sendo assim, cumpre destacar a importância de um trabalho pioneiro como o de Bresnan & Kanerva (1989), pois, a partir dele, pode-se estabelecer uma semelhança no comportamento sintático e semântico entre uma língua africana e línguas de outras famílias, como o inglês e o PB. Na próxima subseção, veremos alguns dados que Bresnan oferece para o inglês.

2.3.2. Bresnan (1994): possibilidade de Inversão Locativa com algumas construções transitivas apassivadas

Bresnan (1994), ao apresentar a hipótese do Foco Identificacional e ao analisar as construções do inglês, faz uma importante ressalva sobre um tipo de construção invertida em construções passivas. A autora salienta que as IL, no inglês, são produtivas com verbos intransitivos e não produtivas com verbos

transitivos, com exceção de alguns verbos transitivos que aparecem em construções passivas. Segundo Nagase (2007), “a presença de VTs inibe a inversão” (p. 12). Conforme vemos nas sentenças que se seguem, de fato há uma restrição em relação à inversão em casos de verbos transitivos:

- (13) a. My friend Rose seated my mother among the guests of honor.
 ‘Minha amiga Rose sentou minha mãe entre os convidados de honra.’
- b. * Among the guests of honor seated my mother my friend Rose.
- c. * Among the guests of honor seated my friend Rose my mother.¹⁰

Contudo, conforme destaca Nagase (2007), é possível encontrar construções com VTs passivizados quando o agente da passiva não se encontra explícito na oração:

- (14) a. My mother was seated among the guests of honor.
 ‘Minha mãe foi sentada entre os convidados de honra.’
- b. Among the guests of honor was seated my mother.
- (15) a. The reclusive lyrebird can be found in this rainforest.
 ‘O recluso pássaro australiano pode ser encontrado nesta floresta tropical.’
- b. In this rainforest can be found the reclusive lyrebird.

¹⁰ Exemplos retirados de Bresnan (1994, p. 77)

(16) a. A tarte Tatin has been placed on the table.

'Uma torta foi colocada na mesa'.

b. On the table has been placed a tarte Tatin.¹¹

Tal fato se assemelha a alguns fatos do PB, ou seja, à possibilidade de se fazer a Inversão Locativa usando verbos transitivos passivizados, tal como se pode ver nos exemplos abaixo:

(17) Perto do porão foi encontrada morta a vítima.

(18) Na mesa do diretor foi colocada(s) as provas.

Em (18), nota-se que o padrão de concordância pode ser variável na passiva. Simioni (2011), como veremos na subseção 2.4.1, apresenta um modelo de concordância para as passivas do PB baseado em três estruturas (concordância plena, concordância *default* e concordância parcial). Nessa dissertação, propomos a ampliação desse modelo, fato que será desenvolvido na seção 3.4, e reproduzimos os modelos que serão desenvolvidos posteriormente aqui nessa seção, com o intuito de destacarmos os padrões variáveis de concordância discutidos no início do capítulo:

- i. Verbo e particípio não concordam em gênero e número com o DP. (concordância *default*)
- ii. Verbo não concorda em número e particípio concorda apenas em gênero. (concordância parcial 1)
- iii. Verbo não concorda em número e particípio concorda em gênero e número. (concordância parcial 2)
- iv. Verbo e particípio concordam em gênero e número com o DP (concordância plena)

¹¹ Exemplos retirados de Bresnan (1994, p. 77)

- v. Verbo concorda em número e particípio concorda apenas em gênero. (concordância parcial 3)
- vi. ? Verbo concorda em número e particípio não concorda em gênero e número. (concordância defectiva)¹²

É interessante notar que é agramatical a construção em que o verbo não concorda em número e o particípio concorda apenas em número:

(19) *Na mesa do diretor foi colocados as provas.

Além disso, é importante destacar que a ausência de determinante influencia na aceitabilidade de algumas construções, especialmente nas construções em que o verbo não concorda em número e o particípio concorda apenas em gênero:

(20) *Na mesa do diretor foi colocada provas.

Tal fato será retomado no próximo capítulo, quando investigarmos os padrões de concordância nas construções com sujeitos pospostos no PB. O importante destacar agora é que a relação de concordância entre os constituintes das sentenças passivas é variável. Essa variação foi observada não apenas no PB, mas também no chichewa, nos casos em que o constituinte locativo possui marcas morfológicas de concordância com o verbo.

Em relação aos dados do chichewa e do inglês, Bresnan passa então a procurar entender se as IL podem possuir algum elemento com função sintática reinterpretada para sujeito. A autora afirma, devido à estrutura de argumentos TEMA-LOCATIVO, que o PP LOC é reinterpretado como sujeito funcional das sentenças do inglês, admitindo a existência e um nível de representação mais abstrato (estrutura-f) da Gramática-léxico-funcional, fato que se assemelha, segundo Nagase (2007), à estrutura-S (SS) da Teoria de Regência e Ligação (GB), conforme vimos no primeiro capítulo desta dissertação. Segundo Nagase

¹² Nomenclatura nossa, adaptada de Simioni (2011)

(2007), “em geral, PPs não podem aparecer em posições de SUJ e OBJ. Embora isso não aconteça, podem ser interpretados como preenchedores dessas posições de duas maneiras: por extraposição e por topicalização (p. 15)”.

Exemplo de extraposição é o que se segue:

(21) It makes me happy in San Jose.

‘(pro) faz-me feliz em São José’¹³

Exemplo de topicalização é o que se segue:

(22) In San Jose ___ lived a Woman.

‘Em São José ___ morava uma mulher’

Sobre o fato de o PP locativo aparecer na posição sintática de sujeito, cabe destacar aqui o trabalho de Avelar (2009), uma vez que o autor aplicou o raciocínio desenvolvido por Bresnan (1994) nas sentenças do inglês e do chichewa às sentenças do PB. Segundo o autor, “o português brasileiro apresenta um padrão de Inversão Locativa em que constituintes preposicionados são realizados na posição sintática de sujeito”. (p. 232). Segundo Avelar, no PB alguns verbos transitivos admitem que o seu argumento externo seja precedido de uma preposição locativa. Nesse tipo de construção em que o argumento externo com papel temático agentivo passa a poder ser construído com um PP LOC, Avelar argumenta que a posição de sujeito é ocupada pelo PP. Essa possibilidade de inversão é diferente do português europeu, uma vez que este exige a presença de um pronome apassivador nos casos em que há o elemento locativo na sentença. Segundo o autor,

Assumo que a ocorrência de sintagmas locativos preposicionados numa posição destinada a constituintes nominais sem preposição deve ser incluída entre os casos da alternância sintática que se convencionou chamar de Inversão Locativa. Análises desenvolvidas dentro de diferentes quadros teóricos tendem a argumentar que as

¹³ Retirado de Bresnan (1994), p.106.

sentenças resultantes de Inversão Locativa devem ser tratadas como construções em que um constituinte locativo (geralmente não-argumental) ocorre na posição gramaticalmente destinada (pelo menos, na situação mais comum) a um sujeito argumental. (AVELAR, 2009, p. 233)

Diante disso, percebe-se que o fenômeno da Inversão Locativa está presente em muitas línguas, especialmente quando se considera os elementos da derivação que podem ocupar a posição de Spec-TP.

Com base no que foi apresentado, Bresnan (1994) deixa em aberto a possibilidade de a IL no inglês ser licenciada através de verbos transitivos, apesar da restrição da IL para esse tipo de verbo. Além disso, a autora mostrou que o PP LOC poder ser interpretado como sujeito funcional nas ILs do inglês.

2.3.3 Levin & Rappaport Hovav (L&RH, 1995): elementos locativos ocupam a posição de sujeito

Ao analisarem as construções com ordem VS no inglês, L&RH demonstram que há relação entre ordem VS e presença de elemento locativo antes do verbo. Para tal análise, as autoras adotam a hipótese inacusativa, inicialmente formulada por Perlmutter (1978), no contexto da Gramática Relacional, e depois aprofundada por Burzio (1986), ganhando destaque nos pressupostos da teoria gerativa (Chomsky, 1986), a partir dos primeiros trabalhos em GB. A hipótese inacusativa teoriza que os verbos intransitivos podem ser divididos em dois grupos: inacusativos e inergativos. L&RH citam que as construções locativas no inglês são iniciadas, geralmente, por um sintagma preposicional seguido de um sintagma verbal e sintagma nominal, configurando, assim, a seguinte estrutura: PP VP NP

Essa estrutura revela que o PP tem característica de localidade ou direção, podendo ser licenciado a partir de verbos inacusativos e verbos inergativos, apesar de nem todas as construções inacusativas serem licenciadas com locativos. Exemplos de sentenças locativas no inglês podem ser encontrados em sentenças como as que se seguem (L&RH, 1995, p. 224. ex 19b, d):

(23) On the third floor worked two Young women called Maryanne Thomson and Ava Brent.

“No terceiro andar trabalharam duas mulheres novas chamadas Maryanne Thomson e Ava Brent”.

(24) At the end in crude bunks, slept Jed and Henry.

“Num canto, em cama simples, dormiram Jed e Henry”.

O elemento locativo que aparece na periferia esquerda, segundo as autoras, não é um argumento externo do verbo, mas um elemento que se originou da posição interna do VP, sendo movido para a esquerda, o que possibilita a topicalização. A generalização de Burzio prevê que se o V não atribui papel temático ao seu argumento externo não pode atribuir caso acusativo ao seu argumento interno. L&RH mostram que a hipótese da Inversão Locativa foi tratada muitas vezes como um caso de inacusatividade. Contudo, as autoras apresentaram problemas com essa concepção. Como argumenta Nagase (2007),

Duas evidências geralmente aparecem nos argumentos que embasam o status dessa análise (a inacusativa): a presença de um determinado grupo de verbos – os VIs – e a sintaxe inacusativa na construção. No entanto, as autoras apontam problemas nessa caracterização inicial da IL (Inversão Locativa) como um fenômeno de inacusatividade, pois somente uma subclasse coerente semanticamente de verbos inacusativos está representada na construção. Além disso, certos verbos inergativos também aparecem na IL (p. 21-22).

Nesse sentido, a proposta das autoras em relação à ordem VS em construções locativas revela que esse tipo de construção não pode estar restrito a verbos inacusativos. Na contramão dessa teoria, L&RH argumentam que a função discursiva das IL restringe o tipo de verbo que aparece nessas construções, e essa função discursiva está relacionada à Hipótese do Foco Apresentacional, já discutido em Bresnan (1994), para os dados do chichewa e retomado por Pilati (2006), para os dados do PB.

2.3.4 Kempchinsky (2001, 2002): PPs locativos e PPs tópicos.

Kempchinsky (2001, 2002) analisa a possibilidade de Inversão Locativa nas construções do inglês, seguindo a Hipótese do Foco Apresentacional, postulado por Bresnan (1994), e demonstra que, nessa língua, o PP LOC se move para a posição de Spec-TP para satisfazer EPP, posição que é normalmente ocupada por um DP/NP agentivo. A autora também destaca que a IL está restrita a VIs. Sobre a possibilidade de acontecer em sentenças passivas, é destacado que os VTs passivizados também licenciam essa construção. Por outro lado, a autora não se limita apenas à descrição de IL do inglês, uma vez que também faz reflexões sobre como os sujeitos pospostos aparecem nas sentenças do espanhol. Ao fazer uma comparação com o inglês, Kempchinsky (2001, 2002) argumenta que as restrições sintáticas para a presença de PP pré-verbal não existem no espanhol, podendo esse tipo de sintagma aparecer com todos os tipos de verbo, como nos exemplos a seguir:

- (25) a. En el cuarto entraron tres extranjeros.
 ‘No quarto entraram três estrangeiros.’
- b. En esta oficina trabajan los contables
 ‘Neste escritório trabalham os contadores.’
- c. En esta sala escriben los estudiantes los exámenes.
 ‘Nesta sala escrevem os estudantes os exames’
- d. En el ricón reía Juan.

'Na eskeina ria João.'¹⁴

A autora foca sua análise na diferenciação entre topicalização e IL. Nessa análise, entretanto, Kempchinsky (2002) argumenta que não existe possibilidade óbvia para fazer distinção entre PP tópico e PP Locativo. Nesses exemplos, a autora argumenta que se a IL for entendida apenas como o movimento de um PP LOC para periferia esquerda da sentença, na posição de Spec-TP, todas as sentenças seriam consideradas IL. Entretanto, algumas dessas construções, como (25c) e (25d) devem ser consideradas PPs topicalizados, não IL. Para a explicação dessa diferença, é pressuposto que na IL o PP é movimentado a partir de uma posição A, e por isso ocupa uma posição argumental, ao passo que na topicalização o PP é movimentado a partir de uma posição A', ocupando, portanto, uma posição não argumental.

O espanhol, assim como a língua portuguesa, licencia construções com ordem VS, e possui menos restrição sintática em relação à natureza verbal nas construções com PP deslocado à periferia esquerda. Enquanto no PB há restrição a construções que possuam o sujeito posposto ao verbo quando este é transitivo e quando há PP na posição inicial da sentença. Como pode ser observado nos exemplos abaixo, o espanhol não demonstra essa restrição.

(26) *Nessa sala escrevem os estudantes os exames.

(27) * Em dias chuvosos buscam meus irmãos meus primos na escola.¹⁵

É importante destacar que no PB esse tipo de construção gera ambiguidade, especialmente em (27), uma vez que há dois constituintes com traços [+humano], o que faz com que a atribuição de papel temático agentivo possa ser interpretado, em LF, em qualquer um dos DPs. Diante disso, (26) e (27) evidenciam essa restrição mencionada anteriormente, o que pode nos fazer pensar que no espanhol a satisfação do EPP se dê de forma distinta do PB, assim como a atribuição de caso e de papel temático.

¹⁴ Exemplos retirados de Kempchinsky (2001), p. 165.

¹⁵ Exemplos nossos.

2.4. O fenômeno da posposição do sujeito no PB: uma análise gerativista.

Após analisar, na última seção, como o fenômeno da ordem VS foi tratado em outras línguas, nesta seção, faremos uma análise de como algumas teorias de cunho gerativista analisaram a questão da posposição do sujeito no PB.

2.4.1 Simioni (2011): Padrões de concordância em sentenças passivas no PB.

Simioni (2011) faz uma análise da concordância de sentenças apassivadas no PB, argumentando que a concordância de gênero, nesse tipo de sentença, é obrigatória, ao passo que a concordância de número é variável. Ao analisar o fenômeno da concordância VS em uma variedade do português europeu (PE), e duas variedades do português brasileiro (PB1 e PB2)¹⁶, a autora, com base em Costa & Figueiredo Silva (2006),¹⁷ chega à conclusão de que a concordância é obrigatória em PE e em PB1, apresentando restrição com verbos inacusativos em ordem V DP, e a concordância não ocorre em PB2. Vejamos os dados em (28) e (29), os quais revelam a obrigatoriedade da concordância em uma variedade do PE.

(28) Os meninos correram ontem.

(29) * Os meninos correu ontem.

Em (28) e (29), os dados provêm do PE, os quais revelam a concordância obrigatória entre sujeito e verbo.

(30) a. Os meninos fizeram o trabalho.

b. *Os menino fez o trabalho

¹⁶ PB1 é o português mais formal e o PB2 é o português coloquial.

¹⁷ Costa e Figueiredo Silva admitem que um falante de português pode ter domínio das duas variedades destacadas.

Em (30), observam-se dados do PB1 que demonstram a necessidade de concordância entre o sujeito e o verbo, tal como no PE.

(31) ?? Queimaram muitas floresta.

Em (31), os dados do PB1 mostram que essa variedade apresenta restrição em relação aos verbos inacusativos que aparecem na ordem V DP.

Por último, em PB2, o dado em (33) mostra que pode não haver concordância entre sujeito e verbo nessa variedade, ao passo que (32) evidencia que o único elemento do sujeito que dispara concordância é o determinante, ao passo que o núcleo do NP e o verbo devem permanecer no singular.

(32) *Os menino fizeram o trabalho.

(33) Os menino fez o trabalho.

Simioni analisa a relação de concordância entre o verbo e os DPs pós-verbais. Segundo a autora, “um DP pós-verbal pode, sim, disparar concordância de número no verbo e demais predicados” (p. 28). Nesse sentido, exemplos como (34) são gramaticais em algumas variedades do PB:

(34) Chegaram as carta ontem à noite.

Percebe-se que o verbo concorda com o DP em número, ainda que o N não esteja com marca de concordância. Simioni destaca ainda que alguns DPs que aparecem com marca de redundância em posição pré-verbal não são aceitos, ao contrário dos DPs que aparecem com marca de redundância em posição pós-verbal, como vemos nos exemplos a seguir:

(35) Chegou as revistas.

(36) * As revistas chegou.

A autora conclui que “com base nessas observações, diferentemente do que propõem Costa e Figueiredo Silva (2006), um DP pós-verbal pode disparar concordância em PB1” (p. 29). Simioni destaca o fato de que no PB, de modo geral, as construções com ordem V DP são feitas predominantemente com verbos inacusativos, como se vê em (35), e a autora também salienta o fato de que isso é uma tendência que ocorre há muito tempo no PB.¹⁸

Simioni destaca que a concordância em construções passivas também é admitida em relação a DPs que aparecem em posição pré e pós-verbal, como nos exemplos que se seguem:

(37) Os documentos foram deixados na secretaria.

(38) Foram deixados os documentos na secretaria.

¹⁸ Sobre esse fato diacrônico, ancorada nos estudos de Berlinck (1989), Mattos e Silva (2006) e Marques (2008), Simioni (2011) afirma ser possível marcar uma “linha do tempo” dos fenômenos de inversão no PB. A autora divide as características pelas fases históricas do português: No português arcaico (sécs. XIII – XV), há as seguintes características:

- (i) 60% de ocorrência de SVO;
- (ii) Há uma tendência à inversão com intransitivos (81%);
- (iii) O estatuto informacional do sujeito é o fator mais relevante para a ocorrência de inversão.

No português clássico (sécs. XVI – XVII), há as seguintes características:

- (i) Ocorrência de inversão românica;
- (ii) Ocorrência de inversão inacusativa.

No PB do século XVIII, há as seguintes características:

- (i) 59% de inversão com verbos intransitivos;
- (ii) Entre 30% e 34% de inversão com verbos transitivos;
- (iii) O estatuto informacional do DP é o fator mais relevante para a ocorrência de inversão.

No PB do século XIX, há as seguintes características:

- (i) 47% de inversão com verbos inacusativos;
- (ii) Entre 15% e 36% de inversão com verbos transitivos.

No PB do século XX, há as seguintes características:

- (i) 46% de inversão com verbos intransitivos;
- (ii) Entre 0% e 8% de inversão com verbos transitivos;
- (iii) O tipo de verbo é o fator mais importante para a ocorrência de Inversão.

A autora utiliza esses dados para argumentar que a restrição da ordem V DP em sentenças do português sempre teve relação com a natureza verbal. Diante disso, apesar de o foco de nosso trabalho não ser diacrônico, destacamos a relevância da natureza verbal, uma vez que, como veremos adiante, alguns trabalhos de cunho funcionalista argumentam que a natureza verbal não deve ser considerada fundamental na análise da ordem VS nas línguas.

Os exemplos em (37) e (38) refletem concordâncias plenas no PB, nas quais o particípio concorda com o DP em número e gênero e o auxiliar concorda com o particípio e com o DP em número. Simioni (2011) destaca que a concordância em construções passivas no PB pode acontecer de três formas:

Como mencionamos na introdução, há três padrões possíveis de concordância nas construções passivas do PB. Primeiramente, há os casos de concordância plena, nos quais o particípio concorda com o DP em gênero e número e o auxiliar concorda com ambos em número (...) temos também exemplos de concordância parcial, típicas do PB coloquial. Nessas, o particípio concorda obrigatoriamente em gênero com o DP, mas a concordância de número entre DP e auxiliar é opcional. (...) Por fim, também são possíveis no PB construções passivas nas quais há incongruência na morfologia de gênero e número entre o argumento DP e auxiliar e particípio. (p. 29-30)

O exemplo de concordância parcial é o que se segue em (39), e o de concordância *default*, o que se segue em (40):

(39) Foi deixada umas prova na sala.

(40) Foi deixado umas prova na sala.

Segundo a autora, enquanto a concordância parcial admite o sujeito posposto ou pré-posto ao verbo, a concordância *default* só admite a posição pós-verbal. Nesse sentido, há gramaticalidade em (41), ao passo que há uma sentença agramatical em (42):

(41) Umas prova foram deixada na sala.

(42) * Umas prova foi deixado na sala.

Sobre o fato de a concordância *default* só admitir sujeito pós-verbal, no próximo capítulo tentaremos explicar o que acontece na derivação desse tipo de sentença.

A tese da autora para os fenômenos observados em construções passivas é que, em relação às diferenças encontradas nas concordâncias de forma plena, parcial e *default*, tais disparidades são devidas a uma reanálise do particípio causada pelo enfraquecimento da concordância de número no PB, passando a contar apenas com traço de gênero.

Simioni, portanto, propõe uma reanálise da teoria de Costa e Figueiredo Silva (2006), uma vez que, segundo a autora:

Parece correto afirmar que o fato de um DP estar *in situ* ou movido para Spec, TP não influencia na concordância – ao menos não no sentido de Costa e Figueiredo Silva (2006). Para esses autores, o PB1 manifestará concordância de número entre DP e verbo apenas quando houver configuração *Spec-Head* (o PB2, nem nesses casos). Todavia, vimos que *DPs pospostos também disparam concordância de número no auxiliar* (p. 29, grifo nosso).

Simioni também se propõe a analisar os nomes nus singulares das construções passivas. Sobre esse fato, a autora argumenta, com base nos exemplos a seguir, que o argumento interno nu nunca dispara concordância de gênero no particípio.

- (43) a. *Foi comprada revista
 b. *Foi encontrada prata.
 c. *Revista foi comprada.
 d. *Prata foi encontrada.
- (44) a. Foi comprado revista
 b. Foi encontrado prata.
 c. *Revista foi comprado.
 d. *Prata foi encontrado.

Nesses exemplos, nota-se que os argumentos internos nus só são licenciados nas construções passivas se eles estiverem em posição pós-verbal e se eles não dispararem concordância de gênero com o particípio, como revela a gramaticalidade das sentenças (44a) e (44b). Caso esses critérios não sejam satisfeitos, como em (43a-d), (44c-d), a derivação fracassa. Segundo a autora:

Uma possibilidade (...) seria assumir que os singulares nus sempre recebem Caso fraco em sua posição de base (complemento de VP). (...) Uma segunda possibilidade seria assumirmos que os singulares nus são sempre incorporados quando aparecem em posição de complemento direto do verbo no PB. (p. 188)

O trabalho de Simioni é muito relevante porque sistematiza as possibilidades de construção sintática em sentenças passivas, além demonstrar que algumas previsões em relação ao PB1 e ao PB2 estavam incorretas no que diz respeito ao padrão de concordância, seja ele de número ou de gênero, também nas construções passivas. Ao destacar que os nominais nus que servem como argumento interno de uma passiva nunca disparam concordância de gênero com o particípio, a autora demonstra a importância de compreender os elementos que licenciam essas estruturas no PB, uma vez que pode estar acontecendo uma reanálise da concordância de gênero.

2.4.2 Kato (2000 & 2005): VS como restrição monoargumental e restrição à inversão livre

Kato (2005), em “A gramática do letrado”, defende que as construções sintagmáticas em que não há concordância verbal com o sujeito posposto indicam que há, no português, ao contrário de outras línguas românicas, uma reanálise de construções impessoais, tais como no Francês. Segundo a autora, “dado o empobrecimento da flexão, a criança brasileira que chega à escola apresenta, em sua gramática, exatamente as propriedades contrárias às de uma língua de SN (sujeito nulo)” (p. 3). Além do sujeito posposto, Kato afirma que sujeitos referenciais preenchidos e clíticos com movimentos curtos são características do PB que caracterizam a gramática das crianças ao chegarem à escola.

Kato (2000) argumenta que, no PB, os verbos inacusativos são os mais produtivos na ordem VS, atuando, aparentemente, de forma irrestrita. Nesse sentido, exemplos como (45) e (46) são gramaticais, ao passo que (47) e (48) são agramaticais:

(45) Chegou o presente.

(46) Rolou a bola.

(47) * Falou o João.¹⁹

(48) * Gostou muito do filme o menino.

Em (45) e (46), há a posposição do sujeito aos verbos inacusativos “chegar” e “rolar”, uma vez que eles selecionam somente argumento interno, fato que pode ser comprovado pela substituição da forma verbal flexionada pelo particípio, tal como nos testes abaixo:

(49) Chegado o presente, fui ver se minha mãe me deu o que pedi.

(50) * Falado o João, começamos a conversar seriamente.

Em (47), a posposição do sujeito é agramatical porque foi realizada com um verbo inergativo. Em (48) a agramaticalidade se deu através da posposição do sujeito de um verbo transitivo que seleciona um PP. Os exemplos (49) e (50) evidenciam que o verbo “chegar” seleciona argumento interno, ao contrário do verbo “falar”, o qual, nesse exemplo, seleciona apenas argumento externo.

Além disso, a autora afirma que “o Português Brasileiro falado (PB) atesta um comportamento não-uniforme em relação à inversão sujeito/verbo: quanto mais argumentos à direita, menos aceitável a sentença se torna” (2000, p. 1). Para ilustrar a problemática da quantidade de argumentos à direita, a autora apresenta os seguintes dados:

¹⁹ Sobre esse tipo de construção, Pilati (2006) salienta que, quando o DP é interpretado como foco de sentença, ou quando é uma resposta a uma WH-question, essa construção é gramatical.

- (51) a. Chegou o trem.
 b. ?Telefonou o cliente.
 c. *Assinou uma carta o chefe do departamento.
 d. **Enviou uma carta a todos o presidente da associação.

De acordo com a argumentação da autora, em (51b-d) a agramaticalidade se dá porque, além de haver aumento de argumentos vindos à direita, os verbos em (b), (c) e (d) não são inacusativos. Em (51b), o verbo é inergativo. Em (51c) o verbo seleciona dois argumentos. Em (51d), o verbo seleciona três argumentos, sendo um deles um PP.

Segundo Kato (2000), a restrição de monoargumentalidade se dá por causa da perda de duas características no PB: sujeito nulo referencial e clítico acusativo de terceira pessoa. Nesse sentido, a presença da ordem VS pode ser identificada em línguas nas quais os objetos são clíticos, como atesta Bentivoglio (1978), ao analisar dados do espanhol, como em (52):

- (52) Quería hacerlo Juan.

O pronome clítico em (52), segundo Bentivoglio, possibilita a ordenação do verbo procedido de sujeito e objeto, uma vez que possui o pronome clítico “lo”, ou seja, o pronome é fonologicamente dependente do verbo.

A autora conclui que

O PB passou de uma língua de afixo pronominal para uma língua de pronome fraco livre, deixando com isso de ser uma língua de sujeito nulo pleno. Essa mudança foi suficiente para coibir a inversão livre, seja com sujeito definido seja com sujeito indefinido. Os padrões monoargumentais com sujeito no singular poderiam ser analisados como resíduos de uma gramática anterior, mas para a criança um só dado no plural é suficiente reanalisar sua gramática como não tendo movimento de argumento para a checagem de nominativo e traços- ϕ . Nosso padrão VS, sem concordância, é diferente das demais línguas

de sujeito nulo justamente porque o PB perdeu essa propriedade (2000, p. 19)

O fato de o português, segundo Kato, ter perdido a característica de possuir sujeito nulo faz com que a inversão livre seja coibida no PB, proposta que legitima a argumentação de Nascimento (1984), como veremos posteriormente.

2.4.3 Pilati (2006): A ordem VS como evidência de Inversão Locativa e como evidência de Foco Identificacional.

Pilati (2006), em continuação ao trabalho desenvolvido em (2002), analisa as construções VS do português a partir de construções com verbos transitivos, inergativos e inacusativos. A autora constata que, apesar de mais raras, as construções inergativas e transitivas com inversão são licenciadas no PB em certas circunstâncias. Em relação ao foco, Pilati argumenta que as orações com ordem VS no PB possuem, semanticamente, Foco Identificacional com os traços de [+exaustividade, -contrastividade]. A proposta de Pilati é uma adaptação da proposta de Pinto (1997) para as sentenças do italiano. Conforme a autora:

Apesar de verbos inacusativos serem os mais frequentes em orações com ordem VS no PB, há realmente contextos em que orações com ordem VS e verbos inergativos e transitivos são licenciadas na língua. Por exemplo, as orações com verbos inergativos ocorrem em dois contextos principais: (i) descrições do falante sobre “O que aconteceu?” (...); e (ii) orações com ordem XP (adverbial ou dêitico) VS, as denominadas inversões locativas (2006, p. 10-11).

Exemplos de sentenças gramaticais no PB descritas em (i) podem ser evidenciados em (53b) e (54b):

- (53) a. Quem jantou hoje aí na sua casa?
 b. Jantou o meu filho e a namorada.

- (54) a. Quem foi que telefonou?
 b. Telefonou o seu chefe²⁰.

Construções na ordem VS com verbos inergativos também podem ser licenciadas com constituintes adverbiais antepostos ao verbo, como é mostrado em (55) e (56):

- (55) Ali mora a minha mãe
 (56) Só jantou o João²¹

Diante disso, após analisar várias construções com ordem VS no PB, Pilati (2006) defende que

em relação às orações com ordem VS do PB, (...) as orações com ordem VS que ocorrem em orações declarativas, sem pausas entre os seus constituintes e com verbos inacusativos, inergativos e transitivos, devem ser analisadas como orações com Inversões Locativas (p. 171)

A análise de Pilati adota o raciocínio de propostas como as de Pinto (1997) e Bresnan & Kanerva (1989), as quais analisam, respectivamente, a ordem de inversão do sujeito no italiano e no chichewa, o que comprova que a Inversão Locativa é um fenômeno não apenas restrito a línguas românicas, mas também a línguas de outros troncos linguísticos.

Para fazer sua análise, a autora considera as orações declarativas que não são respostas a perguntas QU-, uma vez que, segundo ela, esse tipo de construção acontece apenas em contextos sintáticos específicos. Além disso, são consideradas as inversões locativas que são fonologicamente expressas,

²⁰ Sobre a sentença (54b), acreditamos que a ordem mais comum para essa construção seria a ordem SV, na qual o DP agentivo estaria colocado em uma posição mais alta na sentença.

²¹ Exemplos nossos.

com a ausência de pausas longas entre os constituintes, com o objetivo de evitar a análise de estrutura em orações cuja construção assemelha-se a um tópico. Em relação ao tipo de verbo, são consideradas as construções licenciadas com verbos inergativos, inacusativos e transitivos, destacando, porém, que as construções VS são mais comuns nos verbos inacusativos.

Pilati compara as características das construções (PP)VS e VOS no PB com construções locativas apresentadas nos trabalhos de Bresnan & Kanerva (1989), Bresnan (1994), Levin & Rappaport (1995) e de Pinto (1997). Após a comparação, a autora afirma que as construções locativas do português se assemelham aos casos estudados. Cinco pontos são destacados pela autora, após a conclusão de que há semelhança entre as línguas estudadas nesse tipo de construção:

(i) As inversões locativas estabelecem relações de predicação entre um elemento locativo/ temporal e o predicado da oração. (ii) O licenciamento de inversões locativas está diretamente relacionado às propriedades lexicais dos verbos em relação à seleção ou não de elementos locativos ou temporais. (iii) A posição sintática que o elemento locativo ocupará e os efeitos sintáticos resultantes da posição sintática estão relacionados à forma categorial com a qual a língua lexicaliza os elementos com referência locativa ou temporal. (iv) O elemento locativo ou temporal pode ser nulo, desde que seu significado seja facilmente recuperado na situação discursiva. (v) O elemento locativo deve estar presente na situação discursiva anterior, ou seja, é um elemento com pressuposição de existência. Por isso, em certos contextos podem ser representados por elementos fonologicamente nulos (PILATI, 2006. p. 201-202).

A análise de Pilati (2002) é importante porque abre espaço para a análise do licenciamento da ordem VS em verbos inergativos e transitivos sob o ponto de vista da Inversão Locativa, uma vez que os verbos inacusativos foram os que mais ganharam destaque ao longo dos anos. Outros estudos se propuseram a analisar o fenômeno da locatividade em outras posições da sentença. Reis (2017)²², por exemplo, ocupou-se da análise de PP e DP locativos em posições mais altas na sentença, ordem SV.

²² Assentada na abordagem cartográfica, Reis (2017) buscou analisar a sintaxe dos DPs e PPs locativos nas sentenças do PB, com foco nos sintagmas que aparecem em posição pré-verbal. Sua primeira hipótese é a de que sentenças com DPs locativos e sentenças com PPs locativos não devem receber o mesmo tratamento sintático, hipótese que foi confirmada com um

Pilati (2006) dá sequência aos fatos analisados anteriormente e propõe uma hipótese explicativa. A autora conclui:

A argumentação apresentada defendeu que as orações com ordem VS no PB podem ser classificadas como Inversões Locativas. Essas orações têm como característica principal apresentar a ordem PPVS. Entre as características apresentadas por essas orações, verificamos que elas recebem foco identificacional (p. 230)

Pilati tem relevância nos estudos gerativistas sobre ordem no PB por demonstrar que a ordem pode estar associada à presença de elementos locativos e por demonstrar que os verbos transitivos também podem licenciar essa construção. Apesar de trabalhar com verbos transitivos, principalmente nos casos denominados pela autora como “narrações concomitantes”, não há menção aos verbos transitivos que aparecem em sentenças passivas. Diante disso, nosso trabalho buscará complementar o trabalho de Pilati.

2.4.4 Nascimento (1984): não há inversão livre de sujeito

Em sua tese de doutorado, Nascimento (1984) defende que não há inversão livre do sujeito no PB. O autor destaca, ainda, que o PB admite orações com ordem VS em duas situações: verbos inergativos e verbos inacusativos, tais como nos exemplos abaixo, respectivamente

(57) Viajou um professor de literatura.

questionário de aceitabilidade aplicado a falantes do PB, o qual mostrou diferentes contextos sintáticos para essas estruturas. Além disso, a autora traça uma discussão interessante, já que ela mostra que esses DPs não são derivados apenas na posição de tópico, podendo estar na posição de sujeito. Deste modo, ela propõe duas estruturas distintas para esses DPs:

- a. [SubjP PPloc_i [TP pro_{genérico} verbo [VP t_i DP]]] (na livraria vende/vendem livros)
- b. [SubjP DPloc_i [TP t₁ verbo [VP t_i DP]]] (a livraria vende livros)

Conforme destaca Reis (2017), quando há um DPloc frontado, este move-se para a posição de Spec-TP, checa seus traços de caso e concordância, em seguida move-se para a posição de Spec-SubejP, posição na qual adquire características de sujeito da predicação. Quando há um PPloc, a autora destaca que a sentença possui uma leitura mais impessoal/genérica. Esse fato é causado pela presença do *pro* na posição de Spec-TP.

(58) Chegou petróleo ontem.²³

Kato (2000) destaca o problema levantado por Nascimento segundo o qual quanto mais argumentos à direita mais inaceitável se torna a sentença. Essa concepção reflete no licenciamento de VS no PB. Segundo Pilati (2006), Nascimento desenvolve o pressuposto de que todas as orações com sujeito posposto no português devem ser consideradas existenciais ou apresentativas, possuindo as seguintes características:

- I) Expressam afirmação ou negação de existência;
- II) A noção de existência pode estar relacionada ao quadro de referência de alguém;
- III) Geralmente podem ser expressas em inglês por sentenças com *there be*.²⁴

Esses fatos, especialmente o fato (iii), apontam que o movimento do DP sujeito para o domínio do VP pode estar relacionado à existência de um clítico nulo. Nascimento propõe que as orações com ordem VS no português representam uma “interpretação de lista”, isto é, o DP sujeito é licenciado porque ele pertence a um conjunto de elementos suscetíveis a praticar a ação verbal, tais como no exemplo abaixo:

- (59) a. Quem telefonou?
 b. Telefonou o João.

Segundo o autor, o DP *João* é licenciado no PB porque *João* recebe interpretação de lista, o que quer dizer que *João* faz parte do conjunto de pessoas as quais poderiam fazer a ligação. Esse esquema é destacado abaixo:

²³ Exemplos retirados de Pilati (2006), p. 26.

²⁴ Exemplos retirados de Pilati (2006), p. 26.

(60) NPs: ... (x) e $x \in Z$ (x) é o elemento denotado

Z é o conjunto de referência do qual (x) faz parte²⁵

Em relação à sua posição na oração, Nascimento destaca ainda que os sujeitos pós-verbais se encontram na posição de objeto, além de considerar agramaticais as sentenças com sujeito pós-verbais com verbos transitivos. Pilati (2006), em contrapartida, destaca que não somente essas construções são gramaticais no PB como também são licenciadas por configurarem-se como Inversão Locativa. Apesar de sua hipótese ter sido reconsiderada em relação ao licenciamento de verbos transitivos, o estudo de Nascimento quanto à ordem VS no PB foi importante porque buscou entender as limitações de inversão do NP sujeito nas sentenças invertidas, buscando responder aos tipos de propriedade semântica que tais construções suscitam.

2.4.5 Lima (2006): Enfraquecimento da concordância com sujeitos pospostos.

Lima (2006) destaca que os argumentos pós-verbais no PB possuem um enfraquecimento em relação à sua concordância, fato que causa diferentes efeitos nos padrões de concordância de argumentos pré-verbais e pós-verbais. A autora, ancorada por estudos de Moro (1993, 1997), salienta que a não concordância em sentenças com sujeito posposto está relacionada diretamente ao fato de o sujeito do predicado ser pós-verbal. Conforme a autora:

Variant agreement pattern occurs when the subject of the predication is post-verbal. (...) variant agreement arises from the possibility of having different elements in spec-TP: either a predicative null expletive (similar to English *there*), a clausal null expletive (similar to French *il* and English *it*) or a predicate DP (p. 3).

²⁵ Retirado de Pilati (2006).

Conforme veremos posteriormente, partiremos da ideia de que, nas sentenças com sujeito posposto em construções apassivadas, especialmente nos casos de concordância *default*, há construções com o expletivo nulo, tal como destacado por Lima. A autora, por outro lado, não menciona as sentenças passivas em sua tese, enfatizando apenas as construções monoargumentais e as construções com verbos copulativos. Conquanto esse enfoque, o tipo de expletivo e de movimento adotado pela autora parece também explicar as construções passivas invertidas.

Lima destaca que as sentenças inacusativas invertidas no PB são mais propensas a receberem o padrão alternativo de concordância, enquanto as sentenças inergativas e inacusativas na ordem SV costumam disparar concordância, como visto na sentença (37). Vejamos os exemplos a seguir, os quais possuem um DP pós-verbal:

- (61) Chegou/chegara-m umas cartas em casa hoje.
- (62) Morreu/morrera-m muitas pessoas na Primeira Guerra Mundial.
- (63) Desapareceu/desaparecera-m muitos navios no Triângulo das Bermudas.

A autora utiliza os exemplos acima para destacar o caráter facultativo de os verbos concordarem com o DP que se segue a eles. Ela diz, ainda, que a não concordância aparece apenas em construções inacusativas, enquanto verbos inergativos obrigatoriamente concordam com o sujeito, mesmo que ele seja pós-verbal. Contudo, é possível encontrar construções gramaticais no PB em que verbos inergativos com ordem SV e ordem VS não disparam concordância obrigatória, como no exemplo que se segue:

(64) Ali naquela escola trabalha(m) muito os professores

Em relação ao exemplo acima, Pilati (2006) destaca que a presença de um elemento locativo licencia a ordem VS com verbo inergativo, seguindo Pinto (1997). Isso demonstra que o fenômeno da concordância nesses casos, ao contrário do que argumenta Lima, não é obrigatório.

Seguindo Kato (2000), Lima defende que o sujeito de verbos inacusativos são semelhantes a objetos, quanto pospostos ao verbo, ao passo que os sujeitos de verbos inergativos são similares ao sujeito de verbo transitivos. Para tal conclusão, a autora utiliza os seguintes exemplos:

(65) Chegada a autorização, o senhor poderá entrar.

(66) Vindo o motorista, nós podemos viajar.

(67) *Trabalhados os professores, a escola permaneceu aberta.

(68) *Dançada as bailarinas, a plateia bateu palmas.

Tais testes²⁶ demonstram que os complementos de verbos inacusativos parecem funcionar como objetos, ao passo que o complemento de verbos inergativos são agramaticais quando utilizados como complementos verbais.

Lima destaca, ainda, a construção VS em sentenças com verbos copulares, as quais, por utilizarem o verbo “ser”, assemelham-se estruturalmente a algumas construções passivas.

(69) A causa da briga foi/foram as fotos das meninas.

Seguindo Moro (1993, 1997), a autora argumenta que o sujeito do predicado em (69) é de fato um DP pós-verbal. Lima descreve a argumentação de Moro em relação à explicação para a ordem canônica e a ordem invertida do sujeito em construções copulares:

²⁶ Os testes com reduzidas de particípio foram desenvolvidas por Eliseu (1984), ao fazer uma análise do fenômeno da inacusatividade no PE.

[He] *proposes that the structure (...) can give rise to two possible word orders, depending on whether the subject or the predicate of the small clause raises to spec-TP. If the subject raises, the result is what he calls the 'canonical' copular sentence (...). If the predicate DP raises (a case of predicate inversion) the result is an 'inverse' copular sentence (p. 15).*

Nessa abordagem, há dois movimentos distintos. Se o sujeito sobe para a posição de spec-TP, o resultado pode ser exemplificado em (70):

(70) The girls were [sc t the cause of the fight]

Ao contrário, se o predicado sobe, o resultado é a sentença (71):

(71) The cause of the fight was [sc the girls t]

O ponto principal da argumentação em relação à generalização de Moro é que ele assume que o padrão de variação na concordância aplica-se em ambientes cujo sujeito é pós-verbal.

Lima defende que a concordância morfológica no verbo, em posições VS, é resultado de uma relação Spec-Head (Koopman, 2006) entre o verbo em T e o elemento que está presente em Spec-TP, para as duas variações de concordância (marcada ou não marcada). Conforme teorizado por Koopman:

(72) Se Y concorda com XP, XP e Y estão ou já estiveram em uma relação Spec-Head no decurso da derivação.

A autora assume, ainda, que no PB há dois tipos de expletivos nulos, seguindo Figueiredo-Silva (1996), Duarte (2000) e Kato (2000):

(73) ? (Ele) fez muito dever de casa.

(74) Trovejou muito hoje.

Para a autora, o fenômeno da concordância no PB aproxima-se, de um lado, dos tipos de construção com o expletivo *il* (pro-*il*) do francês, e, por outro lado, das construções com o expletivo *there* (pro-*there*) do inglês. A autora faz uma associação entre os expletivos *pro* e a concordância no PB:

I then proposed an analysis where the two-agreement pattern arises from the possibility of having different elements in spec-TP: either a predicative null expletive (similar to English there), a clausal null expletive (similar to English it) or a predicate DP. In the case of unaccusatives and existentials, the two agreement patterns were proposed to be due to the possibility of raising either the predicate expletive or a clausal pronoun to spec-TP. Obligatory agreement occurs in preverbal subject environments, where the verb agrees with the subject when it raises to spec-TP (p. 46).

Vale destacar que as sentenças (69), (70) e (71) diferem dos casos de construções passivas por não possuírem o particípio, seguindo as características adotadas por Lunguinho (2011), para descrição das passivas no PB.

A proposta de Lima é importante justamente por assumir a existência dos expletivos na posição de Spec-TP, fato que poderá nos ajudar na compreensão de possíveis elementos que aparecem na posição de Spec-TP em construções passivas, conforme veremos adiante.

2.5 O fenômeno da posposição do sujeito no PB: análises não gerativistas.

Algumas análises dentro de teorias não-gerativas se propuseram a tentar explicar o fenômeno da posposição do sujeito no PB. Faremos uma breve revisão de como essas análises veem esse fenômeno, mostrando que essas propostas não preveem o fato de as inversões poderem se aplicar em diversas estruturas gramaticais em sentenças apassivadas. Na seção 2.5.1, apresentaremos uma proposta funcionalista, elaborada por Abraçado & Vale (2014). Na seção 2.5.2, apresentaremos duas propostas variacionistas, elaboradas por Lira (1986) e Alberton (2001). Nosso objetivo é mostrar que as análises gerativistas são suficientes (mas não exclusivas) para a compreensão do fenômeno da concordância com sujeito posposto em diferentes línguas.

2.5.1 Abraçado & Vale (2014): Análise funcionalista para a ordem VS no PB

Abraçado & Vale (2014) fazem uma profunda análise do fenômeno da inversão do sujeito com base na teoria funcionalista (GIVÓN, 1995, e trabalhos posteriores). Elas defendem que a posposição do sujeito no PB é uma evidência de ergatividade cindida, ou seja, defendem que “o SN argumento de uma CV1 pode identificar-se com o sujeito (Agente) ou com o objeto direto de CV2/3 (Paciente), dependendo do grau de transitividade das construções, o que evidencia a natureza híbrida desse SN.” (p. 125). CV1 refere-se às construções com verbos monoargumentais. CV2/3 refere-se às construções que possuem verbos que exigem dois ou mais argumentos. Para desenvolver essa análise, as autoras argumentam que não é suficiente apenas olhar para a natureza do verbo nas construções VS, e, por isso, elas desenvolvem sua teoria com base nos postulados funcionalistas, acreditando que a língua deve ser interpretada a partir das situações em que ela é utilizada em contextos discursivos. Segundo as autoras,

Em relação às funções desempenhadas no discurso, sabe-se que a [ordem] VS tende a ser empregada, introduzindo informações novas - sujeitas a se transformarem em tópico na sequência do discurso - e como participante de um esquema organizacional das narrativas, veiculando eventos e situações sem tópico, no plano de fundo, que, em geral, não são retomados na progressão discursiva (p. 125).

Segundo as autoras, Pontes (1986), a partir das ocorrências de VS no PB, foi levada a considerar a ocorrência de SN posposto a verbos monoargumentais (CV1) semelhante à ocorrência de SN (objetos) de verbos que exigem mais de um argumento (CV2/CV3).

Pontes (1986), ao fazer referência a tal semelhança, ressalta: a posição (ocorrem após o verbo), a concordância verbal (não desencadeiam concordância), aspectos ligados à referencialidade (costumam ser novos) e a propriedades agentivas (tendem a ser não humanos e inanimados). Apoiada nas semelhanças relatadas, Pontes

(1986) postula que os SN pospostos em CV1 são objetos e não sujeitos (p. 125).

Abraçado & Vale argumentam que não há razões para discordar de Pontes em relação à semelhança do sujeito posposto com um objeto, contudo, argumentam que, uma vez que os sujeitos pospostos nem sempre apresentam característica de sujeito prototípico, não se pode pensá-los como objetos. Segundo as autoras, a classificação do sujeito posposto como objeto suscita problemas de entendimento de frases que não podem ter o sujeito posposto cliticizado, tal como se verifica em (75):

- (75) a. Chegam os meninos
 b. *Chegaram-nos.

Além de criticar a análise de Pontes (1986), que caracteriza esses elementos como objetos, as autoras argumentam que, ao se olhar apenas para a natureza do verbo, não se pode compreender esse fenômeno. Ao analisar os trabalhos que procuram explicar o fenômeno da posposição do sujeito a partir da diferenciação verbal intransitiva, os quais consideram os verbos inacusativos e inergativos e defendem que a posposição do sujeito ocorre mais frequentemente quando a natureza do verbo é inacusativa, Abraçado & Vale defendem que esse tipo de verificação contém alguns problemas, uma vez que não é possível explicar esse fenômeno apenas através da natureza do verbo. As autoras consideram os seguintes exemplos de verbos monoargumentais (p. 126):

- (76) a. Nós chegamos cedo no trabalho/ (?) Chegamos nós cedo no trabalho/ (?) Chegamos cedo no trabalho nós.
 b. Dois alunos chegaram atrasados na aula/ Chegaram dois alunos atrasados na aula/ Chegaram atrasados na aula dois alunos.
 c. Chegou filme na locadora/ (?) Filme chegou na locadora/ (?) Filme na locadora chegou.

Sobre os dados acima, as autoras argumentam que

As construções acima ilustram casos em que o SN argumento tende a ocorrer antes do verbo (76a), em que sua ocorrência observa-se tanto antes quanto depois do verbo (76b), e em que a tendência é a de que o SN argumento ocorra na posição pós-verbal (77c). Como podemos concluir, a natureza do verbo, por si só, não explica as diferentes tendências relacionadas à posição do SN argumento em CV1 (p. 126).

Para a orientação funcionalista, outros elementos que fogem da mera descrição da natureza verbal são necessários para a compreensão dos elementos acima, dentre eles o próprio fenômeno da situação discursiva. Diante disso, percebe-se que os dados em (76) suscitam um problema à análise da posposição do sujeito ao verbo: em alguns casos o movimento do sujeito não é permitido, por alguma razão, como em (76a). Diante disso, podemos questionar: a restrição de movimento do sujeito “nós” está relacionada à natureza do sintagma ou está relacionada a um contexto linguístico diverso? As autoras buscam responder a essas questões utilizando-se da relação de causatividade e ergatividade, conforme veremos a seguir. Apesar disso, vimos que a proposta de Simioni (2011) para os constituintes nus consegue responder satisfatoriamente às idiossincrasias suscitadas pelas sentenças (77c).

A ergatividade, segundo Abraçado & Vale, é uma forma mais implícita de apresentar uma causa, não podendo ser entendida como uma ausência de causalidade. As autoras argumentam que “os verbos de uma língua apresentam graus de causalidade, isto é, de acordo com os propósitos comunicativos dos falantes, prestam-se a revelar as causas de um processo, ou deixarem-nas implícitas” (p. 128). Através da cognição, portanto, a ergatividade, no contexto de uso das línguas, omite ou enfraquece as causas de um evento narrado em um discurso. Diante disso, é necessário levar em consideração, conforme Bittencourt (2001), os elementos causadores e os elementos causados, além de considerar a causatividade contendo os traços *humano*, *animado* e *voluntário*, uma vez que os termos linguísticos que contenham esses traços são passíveis de causar algo. Para compreender esses contextos dentro do assunto ergatividade, deve-se considerar as sentenças transitivas sob o ponto de vista da sintaxe e da semântica. Semanticamente, as sentenças transitivas possuem

as seguintes propriedades em relação ao sujeito, ao verbo e ao objeto, respectivamente: agentividade, perfectividade e afetação do objeto. Segundo Abraçado & Vale, a agentividade se refere ao fato de que o “sujeito de uma oração transitiva prototípica é um agente intencional, controlador, ativo, sendo o responsável pelo evento e sua causa saliente” (p. 127). A perfectividade se refere ao fato de que “o verbo de uma oração transitiva prototípica codifica um evento limitado, completo que ocorre num tempo real” (p. 128). A afetação do objeto se refere ao fato de que “o objeto de uma oração transitiva prototípica é um paciente concreto, visível, afetado, não-intencional, inativo, não-controlador, que registra a mudança de estado do evento e é seu efeito saliente” (p. 127). Esses fatores demonstram que a questão da transitividade está relacionada diretamente à questão da ergatividade.

Apesar de ser conhecida a semelhança entre sujeitos pospostos ao verbo e complementos de verbos transitivos, Abraçado (2003) demonstrou que o sujeito de um verbo monoargumental pode apresentar semelhanças com o objeto ou com o sujeito de verbos transitivos.

Ancoradas em Comrie (1981) e Givón (1995), Abraçado & Vale (2014) destacam que as construções VS analisadas possuem pouca transitividade, considerando agentividade e volitividade os principais traços que indicam a baixa transitividade. Nesse sentido, os sujeitos pospostos a verbos monoargumentais demonstram-se pouco agentivos e volitivos. Tal fato contribui para a argumentação que o PB se comporta como uma língua de ergatividade cindida no que tange aos verbos monoargumentais.

As propostas de Abraçado & Vale são importantes para esta pesquisa, uma vez que constatam que os verbos menos transitivos tendem a fazer a inversão da ordem sujeito-verbo, o que sugere que o sujeito dessas sentenças com inversão é reanalisado como objeto.

2.5.2 Lira (1986) e Alberton (2001): Análises variacionistas para a ordem VS no PB

Lira (1986) e Alberton (2001) fizeram duas importantes análises sobre a ordem VS no PB, as quais demonstraram a frequência em que essa ordem é utilizada em sentenças do português. Para isso, as autoras partem de uma

comparação com a frequência utilizada pelos falantes ao construírem sentenças com a ordem SV. A análise de Lira usa o PB falado no Rio de Janeiro, ao passo que a análise de Alberton usa o PB falado na região Sul do Brasil, a partir de dados retirados do Varsul.²⁷

Lira demonstra que são importantes três aspectos em relação à ordem VS: frequência, tipo de verbo e ocorrência em contextos sintáticos específicos. Em relação à frequência, a partir da análise dos dados, a autora constata que, de fato, a ordem SV é mais frequente que a ordem VS. Tal fato explica-se pela ordem natural das construções sintáticas do português, o qual apresenta uma ordem SVO. Em relação à tipologia verbal, Lira destaca que verbos intransitivos e existenciais são mais produtivos nas construções VS. Sobre a ocorrência em contextos sintáticos específicos, Lira destaca que os sujeitos pospostos geralmente introduzem uma informação nova. Os exemplos abaixo são utilizados pela autora:

(77) Saí eu e mais três colegas lá de cima.

(78) Quando deu oito horas, já tava tudo aí em casa.

Em uma relação quantitativa, Lira destaca que em seu registro foram encontradas 367 ocorrências do sujeito depois do verbo, ao passo que foram encontradas 1469 ocorrências do sujeito antes do verbo, o que representa 80% do total neste caso e 20% do total naquele caso. Esse fato coaduna com a hipótese de que, por conta da ordem natural do PB, a ordem VS tende a ser menos frequente que a ordem SV. Além disso, a autora destaca, ainda, que do total das construções analisadas, 302 casos de sujeito posposto ocorreram com verbos intransitivos, 5 casos ocorreram com verbos transitivos e 65 casos ocorreram com verbos de ligação (copulativos). A autora não diferencia a inacusatividade da inergatividade nas construções intransitivas, tampouco diferencia as construções ativas das passivas, nos casos de verbos transitivos. Apesar disso, esse estudo demonstra que existe relação entre ordem de ocorrência do sujeito e natureza verbal.

²⁷ Projeto de Variação Linguística na Região Sul do Brasil.

Em um estudo mais recente, Alberton (2001) também destaca a questão da frequência com que os sujeitos pospostos ocorrem e o tipo de verbo com o qual ocorrem. A autora constatou que a construção SV apareceu em 422 casos, de um total de 780, ao passo que a construção VS apareceu em 358 casos. Em relação à natureza verbal, constatou-se que houve apenas oito casos de sujeito posposto em construções transitivas, de um total de 202, ao passo que houve 290 casos de sujeito posposto em construções intransitivas, de um total de 415. Além disso, foram encontrados 60 casos de sujeito posposto com verbos copulativos, de um total de 163. Esse estudo revelou que a frequência das construções VS aumentou em relação aos estudos de Lira (1986).

É importante destacar que nesses estudos não há menção às estruturas sintáticas e à frequência das construções passivas em orações com ou sem posposição do sujeito no PB²⁸, nosso objeto de estudo. Apesar de ser importante entender a frequência associada a contextos pragmáticos no uso de cada tipo de sentença, é necessário que, através de teoria linguística, se busque entender os processos gramaticais que ocorrem nas interfaces da linguagem. A Teoria Gerativa, especialmente no PM, nesse sentido, mostra-se adequada para propor uma explicação para o fenômeno, não se limitando à sua descrição.

Conclusões preliminares

Neste capítulo, revisitamos a literatura que trata o assunto da concordância verbal em algumas sentenças com ordem VS. Mostramos como o fenômeno da posposição do sujeito foi discutido no português e em outras

²⁸ Sobre esse detalhamento sintático, Coelho (2000), em sua tese de doutorado, faz uma análise da frequência de construções com estrutura V DP, utilizando dados do pacote VARBRUL. A autora destaca que, dos dados coletados, 32% possuem a estrutura V DP. Além disso, Coelho (2000) caracteriza o quadro dos grupos de fatores que determinam essa frequência em relação à ordem VS. Para isso, são mostrados cinco grupos principais:

- 1º grupo - composição semântica do verbo;
- 2º grupo - traços de definitude e de especificidade do DP;
- 3º grupo - forma de realização do DP;
- 4º grupo - estatuto [+/- pesado] do DP;
- 5º grupo - animacidade do DP.

A autora mostra que a ordem V DP está associada a restrições semânticas, sob condições sintáticas específicas.

línguas. Além disso, fizemos uma revisão de literatura com base na Teoria Gerativa e também fizemos uma revisão de literatura com base em teorias não gerativas. Iniciamos o capítulo analisando diferentes propostas para outras línguas, em relação à ordem VS. Destacamos a proposta de Bresnan & Kanerva (1989) para o chichewa, a qual relacionou ordem VS com presença de elementos locativos deslocados à periferia esquerda. Também propomos uma reflexão sobre a ordem VS no inglês, a partir de Bresnan (1994) e Levin & Rappaport Hovav (1995). Nessas duas análises foi destacada a presença de um PP deslocado à periferia esquerda como forma de licenciamento da ordem VS. Fechamos as análises destinadas a outras línguas com a proposta de Kempchinsky (2001, 2002), a qual demonstra que, ao contrário do português, o espanhol possui menos restrições sintáticas em relação à ordem VS, considerando sentenças com tópico e sentenças com IL. Nas propostas gerativistas, foi discutida a proposta de Simioni (2011), a qual defende que, em construções passivas no PB, a concordância de gênero é obrigatória, já a concordância de número é variável. A autora também destaca que as características encontradas nas sentenças com ordem V DP estão relacionadas a uma diferença de estrutura informacional em relação às sentenças com ordem DP V. Kato (2000 & 2005), por outro lado, defende que, nas sentenças em que não há concordância verbal com o sujeito posposto, há uma reanálise de construções impessoais. Em seguida, vimos a proposta de Pilati (2006), baseada na análise de Pinto (1997), segundo a qual a ordem VS no PB evidencia, em relação à semântica, construções com Foco Identificacional, algo que já havia sido proposto em Bresnan (1994). Através da proposta de Nascimento (1984), foi demonstrado que o autor defende o fato de a inversão do sujeito não ser livre no PB. Por fim, no escopo da Teoria Gerativa, vimos que Lima (2006) destaca o enfraquecimento da concordância no PB nas sentenças com ordem VS. Fechamos o capítulo fazendo uma revisão das propostas não gerativistas. No contexto dessas propostas, abordamos duas perspectivas: a perspectiva funcionalista e a perspectiva variacionista. Em relação à primeira, revisamos a proposta de Abraçado & Vale (2014), as quais defendem que a posposição do sujeito no PB é uma evidência de ergatividade cindida. Em relação à segunda perspectiva, revisamos duas análises distintas, porém complementares: Lira (1986) e Alberton (2001). Em ambos os casos os autores demonstram, a partir

de análise de dados, que ordem VS é muito produtiva no PB, especialmente em construções com verbos inacusativos e em construções com verbos copulativos.

CAPÍTULO 3

AS CONSTRUÇÕES PASSIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

3.1 Introdução

Neste capítulo, nos propomos a analisar as construções passivas do PB. Na seção 3.2, analisamos os dois tipos de passivas que existem no PB: passivas canônicas e passivas não-canônicas (Lunguinho 2011). Na seção 3.3 focamos nosso olhar para as características dos constituintes das passivas canônicas. Na seção 3.4, analisamos detalhadamente os padrões de concordância nas construções passivas canônicas do PB, oferecendo uma ampliação do modelo descrito por Simioni (2011). Na seção 3.5, analisamos a ordem VS no PB em construções passivas canônicas com concordância *default*. O objetivo, nessa seção, é entender o motivo de esse tipo de concordância não permitir a ordem SV. Além disso, analisamos essas construções sob a perspectiva das Inversões Locativas (Bresnan 1994). Por fim, na seção 3.6, fazemos uma breve correlação entre modalidade e ordem nas construções passivas do PB, argumentando que, a partir desta dissertação, esse tópico pode ser relevante para uma maior compreensão do PB.

3.2 Os auxiliares passivos no PB: ser e ter

Lunguinho (2011) faz uma análise de como as passivas no PB são construídas. Para tal, o autor argumenta que esse tipo de construção é possível a partir de dois verbos auxiliares: o verbo “ser” e o verbo “ter”. Em relação às construções com o primeiro tipo de auxiliar, Lunguinho as denomina de “passivas canônicas” (1). Para as construções com o segundo tipo de auxiliar, Lunguinho as denomina de “passivas não-canônicas” (2).

(1) Esse livro foi lido (pelos alunos).

(2) O estudante teve o trabalho aceito (pelos organizadores do evento)²⁹

²⁹ Exemplos retirados de Lunguinho (2011), p. 42.

Nessas construções, o constituinte agentivo pode ser omitido e, apesar de possuírem auxiliares distintos, Lunguinho (2011) nota que elas compartilham cinco propriedades:

- a. Presença de um verbo auxiliar.
- b. Presença de um particípio passado.
- c. Concordância do seu particípio com seu argumento interno direto.
- d. Demoção do argumento externo.
- e. Promoção do argumento interno direto.

Em relação às diferenças, nota-se que as passivas canônicas e as passivas não-canônicas diferem em relação a três pontos: (i) ao uso do auxiliar; (ii) à ordem entre o argumento interno e o particípio e (iii) em relação ao licenciamento de uma categoria vazia (*ec*) na posição de possuidor, uma vez que nas passivas não-canônicas há essa categoria vazia, ao passo que não é possível existir a mesma categoria nas passivas canônicas. Para explicar (i), Lunguinho afirma que as passivas canônicas utilizam o auxiliar “ser”, ao passo que as passivas não canônicas utilizam o auxiliar “ter”. Para explicar (ii), o autor utiliza os exemplos reproduzidos abaixo³⁰

- (3) a. Foi consertada a maçaneta da porta
 b. *Foi a maçaneta da porta consertada.

- (4) a. *A porta teve consertada a maçaneta.
 b. A porta teve a maçaneta consertada.

Em (3), nota-se, através dos exemplos, que o argumento interno da passiva canônica não pode ser anteposto ao particípio. Em (4), percebe-se que o padrão se inverte em relação às passivas canônicas: o argumento interno deve preceder o particípio. Por fim, para explicar a diferença (iii), Lunguinho argumenta que:

³⁰ Retirado de Lunguinho (2011), p. 43.

Existe uma distribuição complementar entre passivas canônicas e passivas não-canônicas no que se refere ao licenciamento da categoria vazia na posição do possuidor: enquanto as passivas canônicas não permitem essa categoria vazia e realizam o possuidor como parte do mesmo DP, as passivas não-canônicas apresentam o padrão oposto, pois permitem uma categoria vazia na posição do possuidor e não podem realizar o possuidor e o possuído dentro do mesmo DP (LUNGUINHO, 2011, p. 44).

Em nossa pesquisa, analisamos as passivas canônicas, com o objetivo de delimitar ao máximo as hipóteses de natureza teórica que podem ser feitas em relação à concordância dessas sentenças.

3.3 Características dos constituintes da passiva canônica

Lunguinho (2011) afirma que “uma passiva canônica combina três constituintes: a) o verbo auxiliar *ser*, b) um particípio passado e c) um sintagma preposicional agente da passiva” (p. 45). Vejamos, nas próximas subseções, a descrição do verbo auxiliar e do particípio passado.

3.3.1 Características do auxiliar “ser”

Lunguinho (2011) destaca que o auxiliar passivo “ser” tem duas características fundamentais: ordem fixa na sentença e defectividade morfológica.

Em relação à ordem fixa na sentença, observa-se que o auxiliar é fixo em relação ao verbo temático da sentença passiva. O auxiliar sempre deve preceder imediatamente o verbo temático, sendo agramaticais as sentenças em que essa posição não é satisfeita, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(5) O livro está sendo escrito (pelo João).

(6) *O livro é estado escrevendo (pelo João).³¹

(7) *O livro sendo está escrito (pelo João)³²

³¹ Exemplos retirados de Lunguinho (2011), p. 45.

³² Exemplo nosso.

Sobre a defectividade morfológica, Lunguinho argumenta que “o auxiliar *ser* é defectivo em relação às formas de imperativo e de particípio passado” (p. 45). Lunguinho utiliza os seguintes exemplos agramaticais para expor a defectividade de “*ser*”:

- (8) a. *Seja beijada pelo autor!
 b. *A história foi sido contada.

O autor destaca, em (8b), que as duas instâncias morfológicas do auxiliar passivo *ser* estão competindo pela mesma posição estrutural, o que faz com que a sentença seja agramatical. Em (8a), é possível dizer que o paradigma morfológico *seja* não condiz com o modo imperativo nessa construção passiva.

3.3.2 Características do particípio

Linguinho (2011) destaca que o particípio passado passivo possui três características fundamentais: a restrição argumental, a concordância- ϕ , e a possibilidade de ter agente da passiva.

Sobre a restrição argumental do particípio, os particípios na voz passiva estão condicionados à presença de um argumento interno e um argumento externo (que pode ou não ser foneticamente preenchido). Esse fato faz com que as construções passivas estejam restritas a verbos transitivos diretos ou a verbos bitransitivos, os quais possuem um argumento direto e um indireto. Nesse sentido, esse pressuposto explica por que as construções passivas possuem restrição em relação a outras classes de verbos, como a classe dos transitivos indiretos (9b), dos inergativos (10b), dos inacusativos (11b), do auxiliar *estar* (12b) e das cópulas (13b). Lunguinho (2011) utiliza os exemplos a seguir para demonstrar essa restrição argumental do particípio:

- (9) a. Todos concordaram com meu argumento.

- b. *O meu argumento foi concordado por todos.
- (10) a. Os convidados dançaram muito.
b. *Os convidados foram dançados muito
- (11) a. As encomendas chegaram.
b. *As encomendas foram chegadas.
- (12) a. O João está lendo o jornal.
b. *O jornal é estado lendo pelo João.
- (13) a. A casa está bonita.
b. *A casa é estada bonita.
- (14) a. O menino viu as meninas
b. As meninas foram vistas (pelo menino)
- (15) a. Pedro deu a chave a Miguel.
b. A chave foi dada a Miguel (por Pedro)

Em (14b) e (15b), a necessidade de um argumento externo e de um argumento interno foi satisfeita, portanto, as sentenças convergem na estrutura passiva. É importante destacar que, no contexto da posposição do sujeito ao verbo, as construções passivas são as únicas que licenciam, com menos restrições, esse tipo de inversão com o uso de verbos transitivos, uma vez que vários estudos mostraram que o sujeito posposto tende a acontecer com outro

tipo de verbo, como é o caso dos inacusativos e, em alguns casos, os inergativos (cf. Kato 2000; Pilati 2006).

Em relação à concordância- ϕ , Lunguinho destaca que os traços de gênero e número do particípio concordam com argumento interno da construção passiva, como podemos ver na sentença abaixo:

(16) Muitas coisas foram doadas aos pobres pela instituição.³³

Em relação a este ponto, iremos mostrar nas próximas seções que a concordância- ϕ nem sempre se dá de forma homogênea nos casos em que os sujeitos são pospostos ao verbo nas construções passivas, o que pode nos fazer pensar que os elementos que licenciam a concordância em algumas construções passivas são distintos quando o sujeito está preposto ao verbo e quando o sujeito está posposto ao verbo. Para essa demonstração, iremos propor que há um expletivo com traços- ϕ [+masculino] e [+singular] na posição de spec-TP, o qual é responsável pela concordância nas passivas canônicas com concordância *default*.

A última característica do particípio destacada por Lunguinho é o fato de ele selecionar um constituinte agentivo, o qual pode ser omitido em algumas línguas, como acontece no PB. Esse constituinte é o agente da passiva, que, segundo o autor, “corresponde ao sujeito da sentença ativa” (p. 49). Destacadas as principais características dos constituintes das sentenças passivas canônicas, passaremos a analisar os padrões de concordância nessas construções.

3.4 Padrões de concordância nas construções passivas canônicas do PB

Os constituintes das passivas canônicas podem aparecer em diferentes posições na sentença. Com o intuito de analisar como se dá o licenciamento da ordem VS nessas construções, é necessário sistematizar os padrões de concordância que aparecem nessas sentenças. Conforme destacado no capítulo 2, Simioni (2011) defende a existência de três modelos: concordância plena (particípio concorda com o DP em número e gênero e o auxiliar concorda com

³³ Exemplo retirado de Lunguinho (2011), p. 48.

ambos em número); concordância parcial (particípio concorda em gênero com o DP e a concordância de número entre DP e auxiliar é opcional) e construção *default* (há incongruência na morfologia de gênero e número entre o argumento DP, auxiliar e particípio). Para analisar esses padrões de concordância, tomamos como base a descrição oferecida por Simioni (2011) e propomos uma ampliação desse modelo, apresentada parcialmente na subseção 2.3.2. Nossa ampliação propõe o desmembramento da concordância parcial em três tipologias, considerando a relação auxiliar/particípio/DP, além de propormos a existência de mais uma estrutura de concordância sentencial, não prevista inicialmente por Simioni (2011). A motivação teórica para essa ampliação se dá no julgamento de aceitabilidade de alguns falantes do PB e na ocorrência desse tipo de construção em textos produzidos por alunos do ensino médio. Apresentamos nossa proposta abaixo, retomando o dado oferecido na subseção 2.3.2:

- i. Verbo e particípio não concordam em gênero e número com o DP. (concordância *default*)
- ii. Verbo não concorda em número e particípio concorda apenas em gênero. (concordância parcial 1)
- iii. Verbo não concorda em número e particípio concorda em gênero e número. (concordância parcial 2)
- iv. Verbo e particípio concordam em gênero e número com o DP (concordância plena)
- v. Verbo concorda em número e particípio concorda apenas em gênero. (concordância parcial 3)
- vi. ? Verbo concorda em número e particípio não concorda em gênero e número. (concordância defectiva)

Para as construções do tipo de (i), vejamos os seguintes exemplos:

- (17) a. Ontem à noite foi colocado as provas em cima da sua mesa.
- b. *Ontem à noite as provas foi colocado em cima da sua mesa.

- c. *Ontem à noite as prova foi colocado em cima da sua mesa.
- d. Foi colocado as provas em cima da sua mesa.
- e. *As provas foi colocado em cima da sua mesa.
- f. Gostaria de saber como é calculado as nossas comissões.
- g. *Gostaria de saber como as nossas comissões é calculado.

Sobre esses exemplos, é importante destacar que o DP deslocado para uma posição mais alta na sentença não é previsto na gramática do PB, devendo ele permanecer *in situ*, como em (17a). Para esse fenômeno, buscaremos, na próxima seção, oferecer uma explicação para o fato de, na concordância *default*, as sentenças passivas canônicas só serem possíveis com sujeitos pós-verbais.

Os exemplos (17a-e) revelam que, nesse caso, a presença ou ausência de um PP locativo deslocado à periferia esquerda da sentença não influencia no licenciamento a ordem dessas construções.

Para as construções do tipo (ii), vejamos os seguintes exemplos:

- (18) a. Ontem à noite foi colocada as provas em cima da sua mesa.
- b. Ontem à noite as prova foi colocada em cima da sua mesa.
- c. Foi colocada as provas em cima da sua mesa.
- d. Quero saber como é calculada as nossas comissões.
- e. *Quero saber como as nossas comissões é calculada.

Os exemplos (18a-b) revelam que o DP SUJ pode aparecer em posição pré-verbal ou pós-verbal. (18c) evidencia que a ausência de elemento locativo na periferia esquerda da sentença não influencia na gramaticalidade das sentenças. Em (18d-e), por outro lado, há dados interessantes. Quando o sujeito é pré-verbal, a sentença é agramatical. Quando o sujeito é pós-verbal, a

sentença converge. Isso pode evidenciar que, em relação à concordância, o modelo de concordância parcial 1, aqui proposto, assemelha-se ao caso de concordância *default*, uma vez que neste tipo de concordância os DPs com função de sujeito não são licenciados em posição pré-verbal, da mesma forma que (18e). Entretanto, vale destacar que (18b), mesmo tendo um sujeito pré-posto, é gramatical. (18b) possui um PP locativo na posição mais baixa da sentença, ao passo que (18e) não o tem. Isso pode revelar que a presença ou ausência de um elemento locativo é fundamental para a convergência dessas sentenças no PB.

Para as construções do tipo (iii), vejamos os seguintes exemplos:

- (19) a. Ontem à noite foi colocadas as provas em cima da sua mesa.
 b. *Ontem à noite as provas foi colocadas em cima da sua mesa.
 c. Foi colocadas as provas em cima da sua mesa.
 d. *Gostaria de saber como é calculadas as nossas comissões.
 e. *Gostaria de saber como as nossas comissões é calculadas.

Um fato curioso ocorre nas sentenças passivas com concordância parcial 2. Assim como nas sentenças com concordância parcial 1, o sujeito pré-verbal não é licenciado nessas construções (19b). A ausência de elemento locativo também não interfere na gramaticalidade dessas sentenças (19c), o que demonstra que de fato o PP LOC não é reinterpretado como sujeito sintático. Por outro lado, diferentemente do que ocorre com a concordância parcial 2, quando a passiva possui o verbo “ser” conjugado no tempo presente do indicativo, o sujeito pós-verbal não é previsto nessa estrutura. Tal fato pode estar relacionado à presença do determinante com marca de plural após o particípio, como em (19a), uma vez que, no português coloquial, há uma tendência em eliminar as marcas redundantes de plural (Pontes, 1986). Além disso, os dados nos fazem questionar que pode haver uma diferença derivacional nas sentenças construídas com o auxiliar no presente (é) e nas sentenças construídas com o

auxiliar no passado (foi). Essa diferença estrutural evidencia que a nossa proposta de subdivisão da concordância parcial proposta por Simioni (2011) é motivada empiricamente e sintaticamente.

Para as construções do tipo (iv), vejamos as seguintes construções:

- (20) a. Na segunda à tarde foram entregues os pedidos.
- b. Na segunda à tarde os pedidos foram entregues.
- c. Os pedidos foram entregues pelos correios na segunda.
- d. ? Foram entregues os pedidos na segunda à tarde às 14h pelos correios³⁴
- e. Foram entregues os pedidos na segunda pelos correios.
- f. Gostaria de saber como são calculadas as nossas comissões.
- g. Gostaria de saber como as nossas comissões são calculadas.

Esses casos mostram o modelo de concordância plena. Assim como destacado por Simioni (2011), a ordem pré-verbal ou pós-verbal não encontra problemas nas construções passivas. Ademais, a presença de elementos locativos não determina diretamente a restrição à ordem VS ou SV. Destacamos, entretanto, que a presença excessiva de PPs adverbiais no meio da sentença pode gerar construções não aceitáveis, uma vez que o agente da passiva fica muito distante do verbo ao qual faz referência, como é revelado no exemplo (20d).

Para as construções do tipo (v), vejamos os seguintes exemplos:

- (21) a. Ontem à noite foram colocada as provas em cima da mesa.

³⁴ Sobre esse tipo de dado, é importante analisar a influência do agente da passiva na malformação da sentença, uma vez que, aparentemente, o PB tende a se caracterizar como uma língua que, no discurso informal, rejeita o deslocamento do agente da passiva para uma posição mais baixa na sentença. (Leonor Simioni, c.p.)

- b. Ontem à noite as provas foram colocada em cima da mesa.
- c. Foram colocada as provas em cima da sua mesa.
- d. Gostaria de saber como são calculada as comissões.
- e. Gostaria de saber como as comissões são calculada.

As sentenças presentes em (21) revelam o modelo de concordância parcial 3, proposto anteriormente nesta dissertação. A motivação teórica para a existência das concordâncias parciais 1 e 2 já foi vista nos casos (ii) e (iii) estudados nesta seção. A motivação para existência da concordância parcial 3 se dá porque, ao contrário dos modelos 1 e 2, a concordância parcial 3 não possui restrição em relação à posição que o sujeito aparece na sentença. Os exemplos (21a-e) revelam que não há restrição em relação à posição pré-verbal ou pós-verbal nessas passivas canônicas. A presença de elemento locativo na periferia esquerda também não influencia no licenciamento dessas construções.

Por fim, para as construções do tipo (vi), vejamos os seguintes exemplos:

- (22) a. Ontem à noite foram feito as provas pelo meu computador.
- b. ?Ontem à noite as provas foram feito pelo meu computador.
- c. Foram feito as provas pelo meu computador.
- d. *Gostaria de saber como as comissões são calculado.
- e. ?Gostaria de saber como são calculado as comissões.

Os exemplos acima revelam o tipo de concordância que, nesta dissertação, chamamos de Concordância Defectiva. Em todos os casos, percebe-se que o verbo (auxiliar) dispara concordância de número, enquanto o particípio mantém traços- ϕ [+singular] e [+masculino]. Esse tipo de construção não é previsto nos trabalhos de Simioni (2007, 2011). Entretanto, testes de aceitabilidade e presença desse tipo de dado em textos escritos por alunos do

ensino médio³⁵ nos levaram a deduzir que há possibilidade de essa construção fazer parte da gramática dos falantes do PB. Sobre essa concordância, notamos que as possibilidades de licenciamento dessa construção estão restritas aos casos em que o DP é pós verbal. Tal fato pode estar associado, assim como nos casos que vimos anteriormente de concordância parcial, à presença de um determinante com traços- ϕ de gênero [+feminino] logo após o particípio. Nosso intuito nessa dissertação não é verificar a estrutura derivacional dessas sentenças, mas sim descrever uma nova possibilidade de estrutura de concordância para o PB. Há, por conseguinte, uma necessidade de estudos posteriores analisarem se esse padrão de concordância aplica-se a outros dialetos do PB e de que forma a sua estrutura derivacional pode ser compreendida, a fim de que possamos entender como a FL opera nesses casos, evidenciando, assim, um potencial parâmetro de concordância para o PB.

Com isso, terminamos de exemplificar e analisar objetivamente os seis tipos de concordância em passivas aqui descritos: concordância plena, concordância parcial 1, concordância parcial 2, concordância parcial 3, concordância *default* e concordância defectiva. Nosso objetivo com essa descrição não foi explicar como as sentenças com esse tipo de concordância são derivadas, mas sim sistematizar novas possibilidades com as quais as passivas canônicas podem ser construídas. Com isso, esperamos que estudos posteriores se proponham a analisar quais estruturas estão licenciando essas concordâncias nas passivas do PB, a fim de aprofundarmos o conhecimento existente sobre o PB. Nas próximas seções, focaremos nossa análise para a concordância *default*, buscando explicar estruturalmente o motivo de essas construções não aceitarem a ordem SV, além de tentarmos analisar se esse tipo de construção pode ser considerada IL (Bresnan, 1994).

3.5 Ordem VS no PB em construções passivas canônicas com concordância *default*

Até agora, vimos que no PB a possibilidade de posposição do sujeito ao verbo e as diferentes formas de licenciamento dessas construções têm ganhado

³⁵ Textos produzidos em 2019 na escola Ced Pompílio, localizada em Planaltina-DF.

destaque na literatura gerativa (cf. Lobato, 2000; Kato, 2005; Pilati, 2006; Nagase, 2007; entre outros). Além disso, vimos também que a voz passiva canônica possui diferentes formas de estabelecer a concordância entre seus constituintes internos. Considerando a operação *Agree* proposta por Chomsky (2000), a qual relaciona elementos de longa distância para dar conta do fenômeno da concordância, é possível verificar como esse fenômeno se estabelece entre DP/NP argumento, auxiliar e particípio. A concordância nesse tipo de construção, conforme destaca Simioni (2011), pode ocorrer de várias formas. O mais comum é a construção de sentenças na ordem canônica do PB, a saber: S-V-(PP). Nos seguintes exemplos, há sentenças com construções passivas em diferentes estruturas de concordância:

- (23) a. Ontem as menina foi encontrada na casa das amigas.
 b. Ontem foi encontrada as menina na casa das amigas.

- (24) a. Ontem foi encontrado as menina na casa das amigas.
 b. *Ontem as menina foi encontrado na casa das amigas.

- (25) a. Ontem as meninas foram encontradas na casa das amigas
 b. Ontem foram encontradas as meninas na casa das amigas.³⁶

Nos exemplos (23a) e (23b), conforme vimos na subseção 2.4.1, Simioni (2011) destaca que há um caso de concordância parcial da passiva, em que o DP “as menina” concorda apenas em gênero com o particípio, ao passo que não concorda em número com o auxiliar.³⁷ Nos exemplos (24a) e (24b), há casos de concordância *default*, em que o DP “as menina” não apresenta concordância de gênero ou número com o auxiliar e com o particípio. Por outro lado, nos exemplos

³⁶ Exemplos nossos.

³⁷ Simioni (2011) diz que nesses casos a concordância de número do NP com o auxiliar é facultativa.

(25a) e (25b), há casos de concordância plena, em que o DP “as meninas” concorda em gênero e número com o particípio, além de concordar em número com o auxiliar. Diante dos exemplos acima, formulamos os seguintes questionamentos:

- i. Por que as sentenças passivas canônicas com concordância *default* não admitem a ordem canônica do PB?
- ii. Há algum elemento licenciando a concordância nessa estrutura?
- iii. Essas construções podem ser consideradas, com base na definição de Bresnan & Kanerva (1989), Inversões Locativas?

.Para responder à primeira pergunta, vamos considerar, na próxima subseção, a explicação oferecida por Simioni (2011), a qual propõe que as diferenças observadas no licenciamento das construções passivas no PB estão relacionadas a uma reanálise do particípio causada pelo enfraquecimento de concordância de número no PB. Para responder à segunda pergunta, postularemos a hipótese, também na próxima subseção, de que há um expletivo com traços- ϕ na posição de Spec-TP licenciando essa construção. Para responder à terceira pergunta, analisaremos na subseção 3.5.2 um caso em que a presença de um PP LOC deslocado para a periferia esquerda da sentença não é licenciado no português.

3.5.1 Restrição à construção SV em concordância default

Tal como visto anteriormente, Simioni (2011) demonstra que, nos casos de concordância *default* na voz passiva, há uma restrição em licenciar DPs argumentos em posição pré-verbal:

(26) *Umas prova foi deixado em sala de aula.

(27) *Uma prova foi deixado em sala de aula.

(28) *Uns documentos foi deixado em sala de aula.³⁸

Em todas as construções acima, caso o DP argumento esteja em posição pós-verbal, as sentenças são previstas pela gramática do português, como mostra (29):

(29) Foi deixado uns documentos em sala de aula.

Tal fato nos faz questionar as estruturas dessas construções. Há a possibilidade de se formularem três hipóteses:

a) Estrutura 1: \emptyset – verbo – DP/NP-ARGUMENTO

Nessa construção, não há nada em Spec-TP e a concordância se dá entre o verbo e o DP argumento em posição pós-verbal (Viotti, 2002). Considerando (29), a concordância se daria entre o verbo ‘foi’ e o DP ‘uns documentos’.

b) Estrutura 2: EXPLETIVO com traços- ϕ – verbo – DP/NP-ARGUMENTO

Nessa construção, há um expletivo com traços de número e pessoa em Spec-TP e a concordância se dá entre o verbo e o expletivo, proposta adaptada de Belletti (1988)³⁹. Considerando (29), a concordância se daria entre o expletivo com traços- ϕ e o verbo ‘foi’.

c) Estrutura 3: EXPLETIVO sem traços- ϕ – verbo – DP/NP-ARGUMENTO

Nessa estrutura, há um expletivo preenchendo a posição de Spec-TP e a concordância se dá entre o verbo e DP posposto, assemelhando-se ao tipo de

³⁸ Exemplos retirados de Simioni (2011, p. 30).

³⁹ Simioni (2011) afirma que “para todas estruturas com sujeito pós-verbais, independente da natureza do verbo, Belletti (1988) assume a presença de um pronome expletivo em Spec-IP. Esse pronome garante a transmissão de papel temático para sujeitos adjungidos a VP e garante a transmissão de concordância para os argumentos dos verbos inacusativos (p. 131).

construção do inglês com o expletivo *there*. Considerando (29), a concordância se daria entre o expletivo sem traços- ϕ e o verbo 'foi'.

Os dados em (26), (27) e (28) parecem mostrar que não é possível, nas construções passivas com concordância *default*, que o Spec-TP seja preenchido pelo DP/NP argumento. Nesse sentido, é plausível assumir a hipótese de que os DPs argumentos são gerados no interior de VP e lá permanecem, não sendo alçados à posição de Spec-TP. Ou seja, permanecem *in situ*. Não havendo vestígio do DP argumento em Spec-TP, pode-se admitir que existe um expletivo ocupando a posição de sujeito, para satisfazer o EPP. Diante disso, propomos que o particípio e auxiliar concordam com o expletivo, que possui traços- ϕ [+singular, + masculino]. Tal pressuposto nos leva a conceber que as construções *default* são licenciadas através da estrutura (b), a qual admite a presença de um expletivo com traços- ϕ que dispara concordância de singular e masculino com o auxiliar e o particípio. Diante desse pressuposto, conseguimos explicar o motivo dessas construções não poderem ter o sujeito preenchido pelo DP/NP em posição pré-verbal, já que nessa posição de Spec-TP deve estar o expletivo com traços ϕ .

Após considerar a estrutura das sentenças passivas com concordância *default*, é necessário saber se esse tipo de construção pode ser considerada um tipo de Inversão Locativa, estudada por Bresnan & Kanerva (1989).

3.5.2 Uma análise da concordância *default* sob o ponto de vista da Inversão Locativa

Pilati (2006), com base na proposta de de Bresnan & Kanerva (1989), afirma que

Em relação à ordem VS do PB, esta tese defende que as orações com ordem VS que ocorrem em orações declarativas, sem pausas entre os constituintes e com verbos inacusativos, inergativos e transitivos, devem ser analisadas como orações com Inversões Locativas (p. 171).

As construções com Inversão Locativa, como visto na seção 2.4.3, caracterizam-se por terem a seguinte estrutura: PP Loc - V - S - (PP). Em (30) e (31) temos exemplos de inversões locativas aplicadas ao tipo de concordância *default*:

(30) Em cima da sua mesa foi colocado as provas.⁴⁰

(31) *Em cima da sua mesa as provas foi colocado.

Os exemplos acima refletem um problema no licenciamento de construções locativas em um contexto sintático muito específico. Na proposta de Pilati (2006), não são consideradas sentenças que são respostas a perguntas QU-, uma vez que estas também ocorrem em contextos sintáticos específicos, e não são consideradas sentenças que possuem uma pausa entre os seus constituintes, tendo em vista que a focalização, segundo a autora, deve ser interpretada com outra função comunicativa, devendo, portanto, possuir uma estrutura distinta. Os exemplos (30) e (31) revelam que o licenciamento de IL segue a restrição da concordância *default* em ser licenciada apenas quando o argumento DP é pós-verbal. Seguindo o modelo aqui proposto, explicamos que a agramaticalidade de (31) se dá por haver, nesse caso, dois elementos na posição de Spec-TP, o expletivo nulo e o PP locativo. Esses dois elementos entram em conflito, uma vez que nesse tipo de concordância apenas o expletivo pode estabelecer concordância com o verbo. Ao contrário do modelo *default*, construções de concordância parcial e plena admitem a presença do elemento locativo, independentemente da posição que o sujeito aparece na sentença, como se vê a seguir:

(32) Em cima da sua mesa foram colocadas as provas.

(33) Em cima da sua mesa as provas foram colocadas.

⁴⁰ Nesse tipo de construção em que há um PP em posição mais alta na sentença, deve-se buscar compreender se o deslocamento para a periferia esquerda do TP (e do CP) tem influência na concordância no nível sentencial. (Paulo Medeiros Junior, c.p.)

(34) Em cima da sua mesa as prova foi colocada.

(35) Em cima da sua mesa foi colocada as prova.⁴¹

(32) e (33) representam construções de concordância plena que são licenciadas pela língua tanto em ordem VS quanto em ordem SV. (34) e (35), por sua vez, são construções de concordância parcial que também são licenciadas pelas duas ordens. Diante disso, os dados parecem favorecer uma análise na qual as construções apassivadas com concordância *default* possuem restrição em relação ao elemento locativo deslocado para o início da sentença, fato que pode ser explicado pela necessidade de não haver elemento na posição de sujeito, como visto anteriormente, uma vez que o expletivo é o elemento que dispara concordância com o auxiliar. Bresnan & Kanerva (1989) demonstraram que, em algumas construções de Inversão Locativa no chichewa, o elemento locativo deslocado para uma posição mais alta da sentença é interpretado como sujeito, satisfazendo o EPP. Em algumas construções do PB, o elemento locativo também pode ser interpretado como sujeito, tal como o exemplo que se segue:

(36) Esta casa entrou ladrão⁴².

Esse tipo de construção em que o sujeito é reanalisado pelo falante em uma sentença já foi estudado por muitos linguistas. (cf. Pontes 1987, Galves 2001). Galves (2001), por exemplo, explica que nessas construções há uma reanálise do tópico como sujeito e da frase como SVO.

Esses dados revelam que, apesar de haver uma tendência para a interpretação do elemento locativo como o sujeito sentencial em algumas línguas, as construções passivas podem representar um problema para o entendimento de orações declarativas com ordem SV como um tipo de Inversão Locativa (Pilati 2006), uma vez que algumas construções, especialmente as construções com concordância *default*, não licenciam essa inversão.

Com base no que foi apresentado anteriormente, nota-se que o modelo de concordância *default* nas construções passivas não licencia a ordem SV,

⁴¹ Exemplos nossos

⁴² Para mais informações sobre esse tipo de DP locativo, ver Reis (2017).

tendo em vista que em sua estrutura há a presença de um expletivo com traços de masculino e singular, o qual é responsável pela concordância na sentença. Vimos também que nem todas as construções passivas podem ser consideradas casos de Inversão Locativa, com base na hipótese defendida por Pilati (2006), uma vez que a presença do expletivo na posição de Spec-TP inibe a presença do elemento locativo deslocado à periferia esquerda da sentença passiva *default*. É necessário que estudos sejam feitos para verificar se existem contextos em que uma análise com Inversão Locativa possa ser aplicada ao contexto das sentenças passivas com concordância *default*, uma vez que isso pode representar uma mudança no paradigma de concordância do PB e uma mudança na satisfação do EPP no PB.

3.6 Ordem VS no PB em construções passivas canônicas com modais

Um aspecto interessante sobre a ordem no PB é a associação desta com a presença de modais nas sentenças. Kratzer (1981) e von Stechow (2006) consideram a modalidade como uma categoria linguística que indica possibilidade e necessidade nas sentenças. Exemplos dessa definição são os que se seguem:

(37) Você tem que me entregar esse dever hoje.

(38) Você deve pegar um Uber se quiser chegar à festa no horário marcado.

(39) Eles devem estar em sala às 24h.

(40) Você pode vencer a partida, João.

(41) Podia parar de fazer sol, tá muito quente.⁴³

Todos esses exemplos recebem um operador modal que projeta um sintagma ModP na sentença. Em (37), há um exemplo muito comum no português coloquial relacionado ao uso do verbo “ter” como um modal. Em outros dialetos do português, é comum o uso do modal “deve”, como em (38) e (39),

⁴³ Exemplos nossos

para expressar a necessidade de alguma coisa. É interessante notar que em (39) a presença do modal possibilita diversas interpretações para a sentença: a interpretação deôntica, em que há uma interpretação de obrigação; a epistêmica, em que, pelo contexto de fala, o emissor acredita que alguém estará em sala; a teleológica, em que o fato de estar em sala é a condição para se adquirir alguma coisa (como passar na matéria, por exemplo) e a volitiva, em que é atribuída uma vontade de que alguém esteja na sala por parte do emissor. Os exemplos (40) e (41) mostram a noção de possibilidade, destacada por Kratzer (1981) e von Stechow (2006). Apesar de os estudos sobre modalidade ganharem destaque após os trabalhos de Kratzer (1977, 1981, 1991, e trabalhos posteriores), não há estudos que aprofundam a ideia de que os modais na voz passiva canônica podem influenciar a questão da ordem no PB. Vejamos os exemplos a seguir:

(42) Os trabalhos podem ter sido feitos pelos alunos ontem.

(43) ? Podem ter sido feitos os trabalhos pelos alunos ontem

(44) As desaparecidas ainda podem ser encontradas, mãe.

(45) ? Ainda podem ser encontradas as desaparecidas, mãe.

(46) Os trabalhos devem ser deixados na minha sala amanhã.

(47) ? Devem ser deixados os trabalhos na minha sala amanhã.⁴⁴

Em todos esses casos, há modais inseridos na derivação das sentenças. Percebe-se que, quando o sujeito DP é posposto ao verbo nessas construções, a aceitabilidade das sentenças é prejudicada. Diante disso, destacamos a necessidade de haver estudos futuros que se proponham a analisar a questão da ordem associada à presença de modais em construções passivas. Esses estudos poderão dizer se a restrição à ordem VS está condicionada à presença de algum elemento modal ou se há outro elemento dentro da derivação responsável pelo licenciamento da ordem VS nessas construções. Além disso,

⁴⁴ Exemplos nossos.

esses estudos também poderão analisar se a questão da ordem é influenciada, de alguma maneira, pelos padrões de concordância discutidos nessa dissertação.

Conclusões preliminares

Neste capítulo, nos propusemos a analisar as sentenças passivas canônicas do PB, utilizando a descrição oferecida por Lunguinho (2011). Além disso, descrevemos detalhadamente os modelos de concordância que existem nessas construções, tomando como base a proposta de Simioni (2011). Propusemos uma ampliação do modelo de concordância proposto por Simioni (2011), o qual considera a existência dos modelos de concordância plena, concordância parcial e concordância *default*. Em nossa proposta, sugerimos a existência de seis modelos: concordância plena, concordância parcial 1, concordância parcial 2, concordância parcial 3, concordância *default* e concordância defectiva. Além disso, analisamos detalhadamente o modelo de concordância *default* e propusemos a existência de um expletivo com traços- ϕ para explicar a concordância nessas construções. Por fim fizemos uma reflexão sobre modalidade e ordem nas construções passivas do PB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve o objetivo de analisar as sentenças passivas com ordem VS do PB sob uma perspectiva da concordância. Para isso, analisamos como as passivas e o fenômeno da concordância foram estudados dentro da Teoria Gerativa (Chomsky 1957, 1965, 1981, 1995 e trabalhos posteriores).

Após estabelecermos a base teórica da nossa pesquisa, fizemos uma revisão de literatura sobre como o fenômeno da posposição do sujeito ao verbo foi tratado ao longo dos anos. Para isso, consideramos propostas gerativas (Bresnan 1994; Kato 2000, Lima 2006, Pilati 2006, Nagase 2007, Simioni 2011, entre outras) e propostas não-gerativas (Abraçado & Vale 2014, Alberton 2001, entre outras), com o intuito de mostrar que as propostas gerativas conseguem explicar satisfatoriamente o fenômeno da ordem nas línguas naturais e que as propostas não-gerativas possuem relevância, dentre outras coisas, por conta dos dados oferecidos.

Em seguida, fizemos uma análise aprofundada das características das passivas canônicas no PB, ancorados na descrição oferecida por Lunguinho (2011). Após isso, nos dedicamos a desenvolver os modelos de concordância existentes no PB para as construções passivas canônicas. Para isso, tomamos como base os modelos descritos por Simioni (2011) e fazemos uma proposta de ampliação desses modelos. Chegamos à conclusão de que esses modelos refletem o licenciamento da ordem no PB. Em seguida, nos propusemos a analisar os elementos que licenciam a ordem VS nas passivas com concordância *default*. Vimos que nesse tipo de concordância não são admitidos DPs SUJ em posição pré-verbal. Formulamos a hipótese de que, nesse tipo de construção, há um expletivo com traços- ϕ na posição de Spec-TP, o qual é responsável pela concordância nessas sentenças passivas. Por fim, vimos que a questão da ordem, nas sentenças passivas do PB, pode estar associada à presença de núcleos modais na derivação. Deixamos aberta a possibilidade de estudo que relacione modalidade e ordem nas construções passivas, com o objetivo de identificar se os modelos de concordância oferecidos no capítulo três podem auxiliar na compreensão da ordem dessas estruturas modais. Esperamos ter oferecido respostas e suscitado questões relativas ao tema estudado, a fim de ampliar o conhecimento dos fenômenos gramaticais do PB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAÇADO, J. **Transitividade, referencialidade, ergatividade e ordenação de constituintes no português coloquial**. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro - contato linguístico, heterogeneidade e história*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 180-190.

ABRAÇADO, J. & VALE, H. **A posposição do sujeito e a ergatividade cindida no português brasileiro**. In: *Contextos linguísticos*, 2014.

ALBERTON, C. **O Português Falado no Rio Grande do Sul: a ordem verbo-sujeito**. Passo Fundo: UFP, 2001.

AVELAR, J. **Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro**. In: *Matraga*, n. 16. p. 232-252, 2009.

AVELAR, J.; CYRINO, S. **Sobre constituintes locativos pré-verbais: paralelismos entre o português brasileiro e as línguas bantu**. *Cadernos de estudos linguísticos*. v. 34, p. 19 – 30, 2009.

BELLETTI, A. The Case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, MA, v. 19, n. 1, p. 1-34, 1988.

BENTIVOGLIO, P. & F.D./INTRONO. **Ordem de palabras y posición del sujeto en espanol de Caracas: un estudio sociolingüístico**. Apresentado no V Congresso Internacional da ALFAL. Caracas, 1978.

BERLINCK, R. **A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1988.

BITTENCOURT, V. de O. **Causativas lexicais no português do Brasil: perfil morfossintático, semântico e funcional-discursivo**. In: DECAT, M. B. N. et al.

Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

BRESNAN, J. **Locative Inversion and the Architecture of Grammar**. *Language*, 70:72-131, 1994.

BRESNAN, J. & KANERVA, J. **Locative inversion in Chichewa**. *Linguistic Inquiry* 20 (1): 1-50, 1980.

BURZIO, L. **Italian Syntax: A Government-Binding Approach**. Dordrecht: Reidel, 1986.

CHOMSKY, N. **The logical structure of linguistic theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1955.

_____. **Syntactic Structures**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1957.

_____. **Current issues in linguistic theory**. The Hague: Mouton, 1964.

_____. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

_____. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. **Barriers**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1986.

_____. **Language and problems of knowledge**. Cambridge: MIT Press, 1988.

_____. **O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso**. Lisboa: Caminho, 1994.

_____. **The Minimalist Program**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.

_____. **Beyond Explanatory Adequacy**. Ms, 2001.

_____. **Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas**. Trad.: LOBATO, L. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Derivation by phase**. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, 18, Cambridge, Mass, 1999.

_____. **New horizons in the study of language and mind.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. **Linguagem e mente.** Cambridge, University Press, 2006.

_____. **Sobre natureza e linguagem.** BELLETTI, Adriana e RIZZI, Luigi (Orgs.). São Paulo: Martins Fontes, 2006

_____. **Language and other cognitive systems. What is special about language?** *Language Learning and Development*, 7, 263-278, 2011.

_____. **Estruturas sintáticas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

COELHO, I. L. **A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica.** Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

COMRIE, B. **Ergativity. Language Universals and Linguistic Typology.** Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

COSTA, J. & FIGUEIREDO SILVA, M. C. Nominal and verbal agreement in Portuguese: an argument for Distributed Morphology. In: COSTA, João; FIGUEIREDO SILVA, M. C. (Eds.) **Studies on Agreement.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006.

ELISEU, A. **Verbos ergativos do português, descrição e análise.** Monografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1984.

FERRARI-NETO, J.; SILVA, C. R. T. (org.). **Programa minimalista em foco: princípios e debates.** 1. ed. Curitiba: CRV, 2012.

FINTEL, K. von Modality and language. In: BORCHERT, Donald. **Encyclopedia of Philosophy.** Detroit: MacMillan Reference, 2006.

FRAMPTON, J., S. Gutmann, J. Legate & C. Yang. **Remarks on 'Derivation by Phase': feature valuation, agreement, and intervention.** Ms, 2000.

GALVES, C. Tópicos, sujeito, pronomes e concordância no português brasileiro. In: GALVES, C. **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas: editora da Unicamp, p. 337-365, 2001.

- GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam: Benjamins, 1995
- HAEGEMAN, L. **Introduction to government and binding theory**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1994.
- HORNSTEIN, N. **A theory of syntax: minimal operations and Universal Grammar**. New York: Cambridge University Press, 2009.
- JESPERSEN, O. **The philosophy of grammar**. London: George Alien & Unwin, 1975.
- KATO, M. A. A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. **Fórum Lingüístico** 2(1): 92-127, 2000.
- _____. A evolução da noção de parâmetros. **DELTA**, vol.18, n.2, pp.309-337, 2002
- _____. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J. & LEMOS, A. S. (Orgs). **Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino**. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), pp. 131-145, 2005.
- KEMPCHINSKY, P. Locative Inversion, PP Topicalization and the EPP. **Current Issues in Linguistic Theory: Selected proceedings of the 29th Linguistic Symposium in Romance Languages**, eds. Diana Cresti, et al. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.
- KENEDY, E. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013
- KOOPMAN, H. Agreement configurations: in defense of spec-head. In Boeckx, Cedric (ed.), **Agreement Systems**, 159–199, 2006.
- KRATZER, A. What ‘must’ and ‘can’ must and can mean. **Linguistics and Philosophy** 1: 337 - 355, 1977.
- _____. The notional category of modality. In EIKMEYER Hans J.; RIESER Hanner. **Words, worlds, and contexts. New approaches in word semantics**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1981.

_____. Modality. In: von STECHOW Arnim; WUNDERLICH Dieter. **Semantics: an international handbook of contemporary research**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991.

LEVIN & M. RAPPAPORT HOVAV. **Unaccusativity: At the Syntax-lexical Semantics Interface**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

LIMA, A. **Post Verbal Subjects and Agreement in Brazilian Portuguese**. Dissertação de mestrado. UCLA, 2006.

LIRA, S. Subject postposition in Portuguese. **DELTA** 2: 17-36, 1986.

LOBATO, L. O que o professor da Educação Básica deve saber de linguística. In: PILATI, E.; NAVES, R.; GUERRA VICENTE, H.; SALLES, H. (Org.). **Linguística e ensino de línguas**. Brasília: Ed. da UnB, p. 14-30, 2015

LUNGUINHO, M. V. **Verbos auxiliares e a sintaxe dos domínios não-finitos**. Tese de doutorado. São Paulo, 2011.

MAGALHÃES, T. M. V. A Valoração de Traços de Concordância dentro do DP. **DELTA**, p. 149-170, 2004.

MARQUES, P. M. **Aspectos gramaticais e discursivos da ordenação sujeito-verbo no português arcaico**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico: Fonologia, morfologia, sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.

MODESTO, M. S. **As construções clivadas no português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1995.

MORO, A. **The Raising of Predicates: predicative nominals and the theory of clausal structure**. Phd. Dissertation. Milan: IULM, 1993.

_____. **The Raising of Predicates**. Cascadilla, 1997.

NAGASE, E. I. **A Inversão Locativa no Português Brasileiro**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, M. **Sur la Postposition du Sujet dans le Portugais du Brésil.** Tese de doutorado, Universidade de Paris VIII, 1984.

NEGRÃO, E. V. **O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso.** Tese (livre docência). São Paulo: USP, 1999.

PERLMUTTER, D. M. Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis. In: **Proceedings of the Fourth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, 157-189. Berkeley Linguistics Society, University of California, Berkeley, 1978.

PILATI, E. **Sobre a ordem verbo-sujeito no português do Brasil.** Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2002.

_____. **Aspectos sintáticos e semânticos da ordem verbo-sujeito no português.** Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2006.

_____. Sobre a Ordem Verbo-sujeito no Português Brasileiro: 30 anos em Mirada Crítica. **Linguística**, v.12, 2016.

PINTO, M. **Licensing and Interpretation of Inverted Subjects in Italian.** Tese de Doutorado. Utrecht: Universidade de Utrecht, 1997.

PINKER, S. **Como a mente funciona.** São Paulo: companhia das letras, 1998.

PONTES, E. **Sujeito: da sintaxe ao discurso.** São Paulo: Ática, 1986.

_____. **O tópico no português do Brasil.** Campinas: Pontes Editora, 1987.

REIS, L. de M. **A sintaxe dos sujeitos locativos no português brasileiro.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

ROSS, J. R. Auxiliaries as main verbs. In: TODD, William (ed.) **Studies in Philosophical Linguistics.** Series One. Evanston, IL: Great Expectations Press, p. 77-104, 1969.

SIMIONI, L. **Aquisição de concordância nominal de número no português brasileiro: um parâmetro para a concordância nominal.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

_____. **Concordância em construções passivas com argumentos pré e pós verbais, e incorporação de nomes nus no PB.** Dissertação de doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

VIOTTI, E. **Revisitando a ordem VS do português brasileiro: questionando a existência de expletivos nulos.** Ms. 2002.